



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

CARLOS HENRIQUE AGOSTINHO DA COSTA

**Modos de ser e não ser homens na cidade moderna: As
performatividades da(s) masculinidade(s) na imprensa
paraibana e pernambucana de 1920 a 1940**

GUARABIRA-PB

2025

CARLOS HENRIQUE AGOSTINHO DA COSTA

**Modos de ser e não ser homens na cidade moderna: As
performatividades da(s) masculinidade(s) na imprensa
paraibana e pernambucana de 1920 a 1940**

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de História da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de graduado em
Licenciatura Plena em História.

Área de concentração: História e Estudos
Culturais – etnia, crença, gênero e
sensibilidade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Mário Dantas Burity

GUARABIRA-PB

2025

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837m Costa, Carlos Henrique Agostinho da.
Modos de ser e não ser homens na cidade moderna
[manuscrito] : as performatividades da(s) masculinidade(s) na
imprensa paraibana e pernambucana de 1920 a 1940 / Carlos
Henrique Agostinho da Costa. - 2025.
85 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,
2025.

"Orientação : Prof. Dr. Luiz Mário Dantas Burity,
Departamento de História - CH".

1. Masculinidade. 2. Cabra-macho. 3. Imprensa. 4.
Afeminado. I. Título

21. ed. CDD 306.40688

CARLOS HENRIQUE AGOSTINHO DA COSTA

MODOS DE SER E NÃO SER HOMENS NA CIDADE MODERNA: AS
PERFORMATIVIDADES DA(S) MASCULINIDADE(S) NA IMPRENSA PARAIBANA
E PERNAMBUCANA DE 1920 A 1940

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
História

Aprovada em: 24/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Susel Oliveira da Rosa** (***.162.220-**), em 30/04/2025 09:09:02 com chave **e7c0a7be25bb11f0bd461a7cc27eb1f9**.
- **Luiz Mário Dantas Burity** (***.233.404-**), em 29/04/2025 18:22:25 com chave **0bc10072254011f0989b1a1c3150b54b**.
- **Alômia Abrantes da Silva** (***.722.424-**), em 29/04/2025 19:12:56 com chave **1a438b04254711f08e4d1a1c3150b54b**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 30/04/2025

Código de Autenticação: 2e9a7e



*Dedico a todos nós, homens nordestinos
afeminados, delicados, viados, travestis,
transexuais que existimos, resistimos e
sobrevivemos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente às minhas Forças Superiores, que foram coautores silenciosos e sublimes durante este percurso. Suas presenças, plurais e diversas, foram sentidas em vários momentos. Cirurgicamente necessárias na superação e no alcance de meus objetivos, principalmente na condução deste trabalho, me inspirando e instigando. Um dever além do corpo, mas da alma.

Em segundo, agradeço a mim mesmo, por não ter desistido de meus sonhos, minhas vontades e meu “eu”, mesmo quando tudo era caos. Por me permitir enfrentar meus medos e encontrar alívio no sorriso, o bálsamo na gargalhada e a beleza na simplicidade.

Agradeço, em especial, à minha mãe, que sempre esteve ao meu lado. O candeeiro que iluminou meus passos, a chama que aqueceu meu coração e o amor que me amou como sou. Seu apoio incondicional foi essencial para chegar até aqui, sendo meu refúgio, meu colo e meu conforto. Nosso processo evolutivo das borboletas foi nosso maior acontecimento. Agradeço também ao meu irmão, meu parceiro de risadas. Por me proporcionar a leveza dos dias, a distração da rotina e as faíscas bobas.

Agradeço, singelamente, aos/às meus/minhas amigos/amigas que, direta ou indiretamente, tocaram e fizeram parte da minha trajetória pessoal e acadêmica, me ensinando a beleza da diversidade humana e a seriedade da conexão. Em especial a “Equipe G”, pela partilha diária, pelo apoio mútuo, pelas piadas internas, pelos momentos de tristezas e alegrias que passamos juntos nas calçadas e salas da UEPB. Vocês foram responsáveis pelas pausas necessárias e pelas inesquecíveis memórias afetivas construídas.

Agradeço a Prof^a. Dr^a. Alômia Abrantes da Silva e a Prof^a. Dr^a. Susel Oliveira da Rosa, por terem aceitado o convite de participar da minha banca examinadora, que com atenção, paciência e presteza, dedicaram a esta pesquisa, valiosas sugestões, palavras e contribuições consistentes e relevantes. Assim como expressei minha gratidão a todos os professores que estiveram presentes na minha jornada e que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração deste trabalho e os resultados dos esforços de minha formação pessoal e profissional.

Agradeço, de forma especial, ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Mário Dantas Burity, que com tamanha dedicação, incentivo e atenção, me acompanhou em todo

o processo deste projeto. Suas calorosas palavras, direcionamentos, orientações, correções, disponibilidade e, acima de tudo, paciência, foram os elementos essenciais de grande diferença e prestígio. Sua participação transcende a escrita e o dever acadêmico, respaldando um importante referencial de ser humano e de homem. Foi uma honra ser seu orientando.

Por fim, gostaria de agradecer à Universidade Estadual da Paraíba, por abrir suas portas e me fornecer experiências profissionais e acadêmicas riquíssimas a minha formação, mostrando-me horizontes além das salas de aula. Agradeço, particularmente, ao Departamento de História do Campus III, que, mesmo do meu jeito tímido, me acolheu, me desafiou e me transformou ao longo desses anos de graduação. Foram trocas inimagináveis e inesquecíveis. Que tenhamos a dedicação de prolongar seus legados e dar continuidade a jornada designada.

RESUMO

Esta pesquisa tem o intuito de analisar como as masculinidades nordestinas, especialmente na Paraíba e Pernambuco, entre 1920 e 1940, foi representada na imprensa, destacando uma imagem de homem viril, forte e violento, sobretudo heterossexual, carregando em sua aparência e trejeitos a condução de seu destino. De tal maneira que, o estudo destaca como essa (des)construção foi influenciada pelo processo de modernização social e refletida em anúncios, propagandas, inquéritos, manchetes e discussões, que moldaram o conceito de “cabra-macho”, indo além de aspectos biológicos. Portanto, por meio deste trabalho, a partir de autores como Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) e Elisabeth Badinter (1993), podemos concluir que a masculinidade não é uma identidade apenas sexual, mas uma fabricação que mistura tradição e modernidade, política e cultura, medo e adversidade, influenciada por comportamentos, desejos e atitudes de um tempo e espaço. Logo, dentro dessa visão rígida de homem abriu-se espaço para diferentes expressões do masculino, como o afeminado, o transsexual, o travesti, o sensível e entre outros, promovendo uma reflexão sobre a diversidade, performance e (r)existência além de um único modelo tradicional de masculinidade paraibana e pernambucana.

Palavras-chave: masculinidade; cabra-macho; imprensa; afeminado.

ABSTRACT

This research aims to analyze how masculinities in the Northeast, especially in Paraíba and Pernambuco, between 1920 and 1940, were represented in the press, highlighting an image of a virile, strong and violent man, especially heterosexual, carrying in his appearance and mannerisms the direction of his destiny. In such a way, the study highlights how this (de)construction was influenced by the process of social modernization and reflected in advertisements, propaganda, surveys, headlines and discussions, which shaped the concept of “macho-goat”, going beyond biological aspects. Therefore, through this work, based on authors such as Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) and Elisabeth Badinter (1993), we can conclude that masculinity is not just a sexual identity, but a fabrication that mixes tradition and modernity, politics and culture, fear and adversity, influenced by behaviors, desires and attitudes of a time and space. Therefore, within this rigid vision of man, space opened up for different expressions of the masculine, such as the effeminate, the transsexual, the transvestite, the sensitive and others, promoting a reflection on diversity, performance and (r)existence beyond a single traditional model of masculinity in Paraíba and Pernambuco.

Keywords: masculinity; macho; press; effeminate.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Anúncio da Alfaiataria Griza na revista Ilustração	29
Figura 2: Anúncio da Alfaiataria dos Elegantes no jornal O Norte.....	31
Figura 3: Fotografia de Argemiro de Figueiredo em visita à cidade de Sousa	32
Figura 4: Anúncio da Emulsão Scott publicada no jornal O Norte.....	42
Figura 5: Anúncio de O Pilogênio no jornal A Província.....	44
Figura 6: Anúncio do Dynamogenol no jornal O Norte	49
Figura 7: Anúncio do Vitamonal no jornal A Província.....	49
Figura 8: Anúncio das Pílulas de Reuter no jornal O Norte.....	50
Figura 9: Anúncio de elixir em O Jornal.....	50
Figura 10: Anúncio da Emulsão Scott no jornal O Norte	52

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Fundamentação teórica-metodológica	15
1.1 Cidade, modernidade e imprensa.....	15
1.2 Gênero, corpo(s) e masculinidade(s)	18
2. A estilização do “cabra-macho” em detrimento à modernidade	25
2.1 Moda masculina.....	25
2.2 Hábitos e tratamentos da masculinidade hegemônica.....	40
2.2.1 A psicologia molda a infância viril.....	40
2.2.2 A face do macho	43
2.2.3 O corpo do macho	46
2.2.4 O cabra carnavalesco.....	52
3. Os rastros evidentes da(s) masculinidades dissidente(s)	54
3.1 Vigilância aos homossexuais e afeminados	54
3.1.1 Prática enquanto crime.....	54
3.1.2 Prática enquanto doença	61
3.2 Hábitos e tratamentos modernos à(s) masculinidade(s) dissidente(s)	63
3.2.1 Tratamento clínico e terapêutico	63
3.2.2 Santas Casas e hospícios.....	65
3.2.3 (Re)correção cirúrgica	65
3.3 Luz, púrpura e travesti	67
3.4 Mudando de sexo: ele é cabra?	71
Considerações finais.....	79
FONTES.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

Introdução

Cabra-macho: Substantivo singular masculino, origem do Nordeste; significado para: valentão; homem forte; corajoso; masculino. Na verdade, o cabra-macho é o caba macho, caba de caboclo! — Sinônimos de cabra-macho: cabra-da-pesto, valente, muito macho, corajoso, destemido. — Antônimos de cabra-macho: baitola, boiola, baitolo, covarde, medroso¹.

O nordestino é um cabra macho, sujeito viril, dotado de coragem e de iniciativa, capaz de sobreviver no espaço árido, com a valentia de quem tem em seu laço, na ponta de sua faca, a condução do seu destino. Ou pelo menos foi essa a imagem que os jornais, as canções regionais, ditados populares, romances, cordéis, novelas, crônicas, peças de teatro, registros de nascimento, sermões, fofocas, notícias, inquéritos policiais construíram sobre quem nasce nessas paragens com as marcas do que seria o sexo masculino. Mas o que acontece quando o nordestino não é tão macho quanto todo esse caldo hegemônico de cultura espera que ele seja? Afinal, existe violência de gênero dentro do universo masculino?

Recentemente, no estado de Pernambuco, o jogador de vôlei, Anderson Melo, durante um circuito na praia de Recife, foi atingido pelas seguintes falas: “Tu não é bicha?” e “Oxe, feminina”, gravadas pelas câmeras de segurança do espaço². Oito meses depois, o coordenador financeiro, Paulo Rodrigo Lamenha, cliente usuário do aplicativo *Uber*, recebeu a seguinte mensagem do motorista que havia pego uma corrida anteriormente: “Você não passa de um pedaço de lixo na terra” e “Vira homem”³. Em ambos os casos, as vítimas resolveram trazer a público os atos de violência contra sua identidade, que não se mostravam explícitas no corpo que travestia, mas na sua performatividade, íntima e subjetiva, de ser, sentar, falar.

Casos como esses, e suas respectivas frases/piadas de adereços à superioridade, se encontram noticiadas em diversas plataformas midiáticas. Ouvidas em diversos momentos do convívio diário, constantemente vivenciadas por homens não hegemônicos desse caldo esperado, bombardeados por agressões morais,

¹Buscando a etimologia do termo popular “cabra-macho”, fiz uma pesquisa no Dicionário Informal, acessível através de toda e quaisquer rede via internet <<https://www.dicionarioinformal.com.br/cabra-macho/>>, encontramos o seguinte significado.

² Atleta de vôlei de praia é vítima de homofobia durante jogo, em Recife. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/volei/atleta-de-volei-de-praia-e-vitima-de-homofobia-durante-jogo-em-recife/>.

³ “Vira homem”: passageiro é vítima de homofobia ao pedir corrida por aplicativo. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/11/12/vira-homem-passageiro-denuncia-homofobia-ao-pedir-corrida-por-aplicativo.ghml>.

psicológicas, verbais e até físicas. Neste viés, cabe a nós (re)pensarmos: a que ponto o agressor, o macho alfa que acusa e ordena a compulsividade de “ser macho”, se sente ameaçado ou inclinado a uma fragilização diante um outro macho que não é imagem de sua semelhança?

Conquanto, como discute a professora e socióloga Rita Von Hunty (2023), fazendo um delineamento sobre o conceito nas enciclopédias, podemos compreender que “ser homem” é colocada como uma construção e uma submissão passiva de um modelo pré-existente para a adequação de seu(s) corpo(s) na sociedade. Sobrepostos numa ponderação imperativa e compulsiva: “seja macho”. *Locus* de um engendramento de acordo com os ditames de seu tempo, produto de sua constituição. Na qual, permitem a elaboração de diferentes manifestações dos estereótipos de masculinidade, que se entrelaçam também entre classe, raça, idade, nacionalidade, dentre outras categorias diferentes (Valério, et al., 2022, p.45).

Ou seja, o “macho” é uma fabricação sócio-histórico-cultural, pontuada por características, comportamentos, atos e ações que definem a identidade, existência e (sobre)vivência masculina, administrada por um(s) grupo(s), classe(s) e política(s), que determinam os padrões circundantes do personagem, exercendo o controle sobre o repertório de seus membros. Desse modo, as referências sociais e culturais que o espaço evoca parecem não deixar brechas de outras escolhas para sua performance de ser homem. Sendo encenado e reencenado, a cada nova configuração do gênero, ele vai estabilizando ou desestabilizando. Visto que configuram, assim, uma tecnologia que produz e reproduz os corpos, reforçando e mantendo os comportamentos hegemônicos, ao passo que coloca em extinção alguns, a punição de outros e a hierarquização dos demais.

À vista disso, segundo Elisabeth Badinter (1992), podemos considerar duas hipóteses na (co)instrução desse homem “verdadeiro”. Em primeiro plano, por uma formatação passiva, que caracteriza o alcance pelo monitoramento dos seus iguais, seguindo uma perspectiva foucaultiana, *Vigiar e punir* (1975), em que, debruçando-se sobre uma pedagogia dos corpos, poderiam discipliná-los na obtenção dos caracteres masculinos definidores de sua existência, num apoio mútuo e vigilante de suas práticas, exercendo a legitimação, necessária ou constante, como será discutido no capítulo 2. Segundamente, pela amputação de si e da violação do outro, equivalendo-se de uma dosagem de repreensão e punição, consciente ou inconsciente, de seus comportamentos, gostos, gestos, estilização de vida. De maneira que recai num ato

violento do outro para “matar” em si tais falhas do padrão. Posto isto, no embrutecimento dos corpos, instaura-se uma resistência, apresentando falhas e rachaduras através das quais os sujeitos dissidentes se infiltram e tentam implodi-los, determinando uma implicância no controle exercido e faturando mecanismos para lutar historicamente, como será discutido no capítulo 3.

Destarte, por meio dessa discussão, serão tomadas como objeto de análise a construção de um discurso sobre a masculinidade na imprensa paraibana e pernambucana. Uma vez que a imprensa é um veículo de comunicação de massa que viabiliza espaço para a disseminação de informação de diversas classes sociais. Esse era um canal de transmissão de valores e narrativas circundantes aos corpos e à mentalidade que se (r)escrevia no começo do século XX, marcado pelo processo da industrialização e capitalização do sistema social.

O recorte cronológico, portanto, ficará entre as décadas de 1920 a 1940. A pesquisa, nesse sentido, é viabilizada pela plataforma virtual da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, possibilitando acesso a diversos jornais e revistas, na qual, foram especificamente selecionados: *O Jornal*, *O Norte*, *Ilustração*, *Pequeno Jornal*, *Diário da Manhã*, *Diário de Pernambuco*, *A Província*, *Jornal do Recife*. Logo, desenvolveu-se os mecanismos de pesquisa a partir de palavras-chaves, como: “masculinidade”, “virilidade”, “saúde do homem”, “afeminado”, “almofadinha”, “pederasta passivo” e/ou “ativo”, “travesti”, “mudança de sexo”, “alfaiataria”, “moda masculina”. Assim, delineado por meio desse filtro investigativo, possibilitou-se encontrar, analisar e discutir a(s) performance(s) da(s) masculinidade(s).

Para tanto, é por meio das páginas dos jornais que encontramos registros de discursos críticos, avaliativos, sugestivos, atrativos, no estabelecimento de um parâmetro pedagógico comum aos homens. Tendo como delimitações crítico-reflexivos neste debate, a construção e desconstrução do macho paraibano e pernambucano diante o processo de modernização dos sistemas políticos, culturais, econômicos e sociais. Bem como compreender o que é ser macho, suas contradições e limitações para o tempo e espaço vigente, de modo a discutirmos as performances dissidentes da masculinidade na Paraíba e Pernambuco de 1920 a 1940, como “suspiro” de uma resistência.

1. Fundamentação teórica-metodológica

1.1 Cidade, modernidade e imprensa

Desde as primeiras conglomerações, as cidades sempre foram espaços de sedução, atração e desejo. O “paraíso encantado” dos valores, das ilusões e das frustrações, capaz de privilegiar diversas trocas culturais, sociais e materiais. Construídas e moldadas à “imagem e semelhança” das arquiteturas internas e subjetivas dos homens, que as personificaram em suas encruzilhadas, becos e vielas, os seus pecados, culpas e vontades (Rezende, 1997, p.71-72). Neste sentido, a modernidade, marca registrada do diferente, do novo, da evolução, do presente em detrimento ao passado, faz morada nesses espaços, delineando os limites e as transformações que assumem, com a qual, acompanham o ritmo de flexibilização do homem no tempo e tornam-se adaptadas para suas realidades.

Neste cenário, a Paraíba e Pernambuco, nas décadas de 1920 a 1940, foram palcos dos entrelaços lascivos e sedutores cada vez mais efetivos e velozes da modernidade industrial e capitalista, que, aos poucos, não só transformavam as antigas vilas e cidades nordestinas em urbes, como também (des)caracterizavam os corpos circunscritos nessas regiões. Conquanto, como todas as cidades alcançadas pelo ritmo da modernidade, do diferente e da novidade, uma dualidade disputava os registros das emoções e narrativas. Enquanto para alguns representavam sinais do progresso e do desenvolvimento, “que anuncia os primórdios da cultura de massas, nas discussões intelectuais, até mesmo na maneira ambígua de compreender e aceitar o progresso como uma conquista” (Rezende, 1997, p.58). Para outra maioria, significava a derrocada de valores e da tradicionalidade já permeada no seio social, sitiados numa zona frágil e sensível pelo conforto já estabelecido dos padrões hegemônicos, que ora privilegiavam classes e corpos, ora dispersavam esses poderes. Para tal, a modernidade é para todos? A quem privilegia? E aos que não a podem alcançar, o que resta?

Fato é que, nas terras áspers e árduas do Nordeste, a força da tradição e das dificuldades sociais que ambos os estados atravessavam impediam que as excitações modernas chegassem a um fervor clamante e atrativo. Embora no fundo do solo existissem elementos que frutificariam essas perturbações. Contudo, mesmo nas páginas dos jornais e revistas, paraibanas e pernambucanas, não é tão fácil

medirmos as múltiplas relações e as reações descortinadas pela modernidade (Rezende, 1997, p.58), uma vez que,

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (Stephanou, 2001, p.45).

Ou seja, além de um veículo de comunicação de massa que dispõe de informação para a sociedade, a imprensa cumpre também o papel de disseminadora “das formas de ser e comportar-se” (Ribeiro, 2018, p.25). Revela-nos os fragmentos e os interesses de quem o registrou, que nos coloca interligado com o contexto. Logo, é por intermédio desses registros que encontramos um banco de dados, elementos e informações importantes para o pesquisador, em especial o historiador, que após as mudanças historiográficas proporcionadas pela Nova História, permitiu a utilização desses fragmentos para reconstruir e direcionar determinadas compreensões, representações, os limites e as subjetivações da mentalidade e do recorte escolhido (Ribeiro, 2018, p.22). Mobilizando interpretações e preenchimentos de lacunas, que proporcionam, extrair os estudos sociais que se dedicam abordar. Portanto, não podem ser vistos fora do contexto que são analisados, uma vez que, só ganham sentido no espaço e no tempo que os produz, operado “pela linha ideológica defendida nesse momento histórico” (Ribeiro, 2018, p.30).

Posto isto, com o advento das organizações oligárquicas que giravam em torno das cadeiras presidenciais dos estados, na virada do século XIX para as primeiras décadas do século XX, somado ao processo da industrialização e capitalização do sistema social, como a expansão da agroindústria cafeeira, a abolição da escravatura e as ressonâncias políticas da Proclamação da República, a “pequena imprensa”, característica por seu estilo artesanal e político-partidário, notadamente pelo seu caráter ideológico, militante e panfletário (Ribeiro, 2015, p.278) – vislumbrado desde a monarquia no país – encontra o ímpeto de declínio para a ascensão de uma imprensa mais industrial. Adotando cada vez mais por múltiplos processos de complexizações em suas estruturas, inovações tecnológicas e novas abordagens jornalísticas (Ribeiro, 2015, p.278). Aproximando-

se, pouco a pouco, dos padrões peculiares da sociedade burguesa (Oliveira, 2011, p.138). Abrindo portas e janelas para a chamada “grande imprensa” do século XX, como pontua Rodrigo Oliveira (2011):

Os pequenos jornais de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se for assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores (...). O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias (...). Por outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas (Sodré, 1999, p.275-276 apud Oliveira, 2011, p.138-139)

Instaura-se, a Era da Belle Époque (Eleutério, 2012, p.57). Estampada nos jornais e revistas, nas ruas da cidade, nas páginas e nas bancas, esse novo mundo estava cada vez mais elaborado e sensual aos sentidos visuais e consumistas, visto que, os anúncios tomavam conta, “fosse em caráter publicitário, fosse como apoio econômico ao veículo” (Eleutério, 2012, p.64), cabendo-lhes atender e estimular as classes. De tal forma que, para além da política, outras áreas também foram exploradas pela imprensa, tais como “economia, a literatura, o esporte, os casos policiais, o carnaval e outros eventos populares” (Ribeiro, 2015, p.279). Possibilitando a ampliação do público-alvo para suas diversidades, dispostas a folhear as páginas dos periódicos, ávidas e atrativas por novos produtos trazidos pela industrialização e a urbanização (Eleutério, 2012, p.64).

À vista disso, explorando novos equipamentos sofisticados, como a máquina de escrever, “linotipos, sistema fotomecânico, impressão em cores” (Eleutério, 2012, p.60), permitiram que as páginas dos jornais e revistas, com destaque para as propagandas e anúncios, fossem enfeitadas de ilustrações, como a “charge, caricatura, fotografia” (Eleutério, 2012, p.57). Neste sentido, serviu como instrumento fundamental para o plano estratégico de marketing, com a qual, alcançou e abarcou o alto nível de analfabetismo no país (Eleutério, 2012, p.62). Mais que design, as ilustrações comunicavam intenções de abordagens. Assim, novas perspectivas, desencadeou o “aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa” (Eleutério, 2012, p.57), intensificadas com uma produção diária, semanal, quinzenal ou mensal.

Por consequente, as demais regiões do país vão acompanhando o ritmo desenvolvimentista da imprensa dos estados centrais (São Paulo e Rio de Janeiro), seguindo o modelo dos chamados “conglomerados jornalísticos” (Oliveira, 2011, p.139). Ou seja, quando os grandes e principais jornais, mais resolutos da alta sofisticação e comunicação de massa, passam a ser vistos como instituições e/ou referências para as demais de pequeno porte ou locais. De forma que, em duas décadas se caracterizou o divisor de estruturação: enquanto, a partir das décadas de 1920, a imprensa vai se elaborando mais organizada, publicitária e técnica. É ao longo de 1930, que se consegue um desenvolvimento considerável a nível da imprensa do mundo ocidental, ao passo que, ainda apresenta elementos típicos de sua formação, a “imprensa político-partidária e a operária” (Oliveira, 2011, p.141). Tal modo que, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, implicou deslocamentos importantes no cenário da grande imprensa.

Sob esta ótica, circunscrita no eixo Paraíba-Pernambuco, mesmo que implicada numa teimosia de encarar a modernidade ascendente ou numa vagarosa entrada afinca, foram suas diversas páginas de jornais e colunas, ao longo de 1920 a 1940, responsáveis por resguardar as particularidades e representações da(s) masculinidade(s). Em que, foram retratadas por uma série de discursos e narrativas que resvelam seu contexto, emitidos de acordo com os interesses e as subjetividades que cercam os vieses elaboradores da moldagem que delineiam a (re)criação desses indivíduos “machos”.

1.2 Gênero, corpo(s) e masculinidade(s)

Antes de definir o que é masculinidade, é importante olharmos para as análises de gênero, proporcionados a partir dos estudos feministas que se deleitam sobre a etiologia e conceitualização da palavra “gênero”. De maneira que, nos oferecem caminhos e perspectivas de compreender as desigualdades sociais existente entre os próprios homens e para com as mulheres, com as quais, não são ocasionadas por fatores biológicos. E que, logo, são produtos de processos culturais (Valério; Castro; Florêncio, 2022, p. 43), engendrando uma tríplice relação sexo-política-história. Assim, segundo Judith Butler (2010), uma intelectual importante no debate de gênero:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (Butler, 2010, p. 59).

Neste sentido, como afirma Teresa de Lauretis (1994), podemos perceber que o termo “gênero” se trata de uma relação construtiva entre uma entidade, seja ela corporificada numa pessoa, classe ou quaisquer categorização social, com outras dessas entidades, também previamente constituídas. Envolvidas numa relação de pertencer e sua posição dentro (ou fora) dessas estruturas elaboradamente subjetivas, bem como, vice-versa a outras classes pré-constituídas (Lauretis, 1994, p.210-221). Portanto, não é um produto fixo, nem falso ou verdadeiro, original ou imitativo (Figueiredo, 2018, p.45). Mas uma fabricação constituída por sinais corporais, quanto por meios culturalmente discursivos de um tempo e um espaço. Dado que envolve uma série de atos performativos (Butler, 2010, p.48), que, compulsivamente, instiga e impulsiona os sujeitos a embutir, consumir e adotar os papéis estabelecidos da cena social, como atores em encenação teatral.

Logo, ser macho é uma performance do gênero masculino, mutável e flexível no tempo, com a qual, por meio da “repetição estilizada de atos” (Butler, 2010, p.200), se produz a típica série de “obrigações” psicossociais, inebriado de valores, atitudes e ações tradicionais e/ou morais da espécie viril, bruta, dominante, ativo, autêntico e verdadeiro ser. Desse modo, ao falarmos da masculinidade, estamos nos referindo a “um conjunto de respostas que são reforçadas diferencialmente de acordo com as práticas culturais aos que se identificam como homens” (Valério et al., 2022, p.43). Consequentemente, não podemos nos referir a um único padrão de masculinidade, visto que, ao pensar um ser macho no século XVIII, temos uma “drag-queen” de meia calça, salto alto e peruca. Enquanto o macho no século XX, um homem de calças, colarinho, gravata e chapéu. Ou seja,

Diferentes culturas, em diversos períodos históricos, irão estabelecer diferentes manifestações e expressões de “ser homem”. Em cada estrutura social, política, econômica e cultural, contudo, desponta um modelo de “masculinidade hegemônica”, que estabelece uma série de atributos, valores e condutas específicas (Brilhante et al., 2018, p.22).

Assim, a(s) masculinidade(s) é(são) um espaço imagético que produz um processo de simbologia, significado e sentido para a subjetividade (Ribeiro, 2018, p.35) dos homens. Logo, é elaborada como uma ferramenta de controle para os

corpos, que manequiniza a performance comportamental e movimentacional do homem no palco social, ao passo que produz uma consolidada identificação entre os semelhantes, num apoio mútuo e seletivo. Para que haja tal engendramento e manutenção dos acordos estabelecidos, a masculinização dos homens se estabelece num referencial, cercado de limitações e permissões que o macho tenta adequar-se para “caber”: a chamada masculinidade hegemônica (Valério et al., 2022, p.45). De maneira que, “ainda que uma minoria de homens alcance ou consiga performar o que é esperado, os homens se posicionam em relação a essas expectativas” (Valério et al., 2022, p.45).

Neste ínterim, é importante destacar que a masculinidade hegemônica estabelece uma necessidade de afirmação, validação e comprovação de sua identidade, através de testes, provas e exercícios cotidianos, com as quais são reconhecidos e obtidos pelos próprios homens. Tal qual, por meio dessa provação, os homens podem alcançar a “recompensa” ao manequim estruturado: o poder sobre outros corpos, culturalmente não correspondentes às expectativas (Valério, et al., 2022, p.45). Desse modo, a masculinidade é tradicionalmente definida por um caráter reativo e evitativo de posturas que danifiquem a fachada identificatória de sua existência, como “*não ser feminino; não ser homossexual; não ser dócil, dependente ou submisso; não ser efeminado na aparência física ou nos gestos; não ter relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; não ser imponente as mulheres*” (Badinter, 1992, p.117, *itálico da autora*).

Logo, percebemos como a masculinidade é uma identidade frágil, sensível e amedrontada pela circularização de corpos “estranhos” ao seu modelo. Sentindo-se constantemente ameaçados pela (des)configuração do seu estado de poder e ser no sistema de dominação. Na qual, essa reação é exercida através de uma série de manobras de defesa, repressora e deprimente, contra os corpos adjacentes a este padrão.

Existe uma relação entre violência e agressão que foi culturalmente estabelecida, sendo necessário que homens tenham que demonstrar força e invencibilidade. Levando em conta o incentivo ao comportamento agressivo, a raiva é uma das poucas emoções que homens podem expressar, inclusive, homens são ensinados a resolver conflitos através da agressão e violência (Valério, et al., 2022, p.46-48).

Como toda identidade gira em torno de uma ideologia culturalmente construída, faz-se “necessário” a materialização da simbologia num objeto, instrumento concreto da realidade que se assemelhe ou tonifique a ideia performada. Neste fato, como emergência dessa “ilusão” performática do homem na sociedade, é verdade que “os órgãos sexuais são objetos de valorização obsessiva” (Badinter, 1992, p.138). Portanto, em parâmetro da masculinidade hegemônica, o enaltecimento gira em torno do “falo”.

Em primeiro lugar, a fala (conjugado na 1ª pessoa do singular: eu=falo), sendo o discurso na reprodução de uma “verdade”. Exercendo o poder de narrar as atribuições de seus corpos e as maneiras que estes devem apresentar, hierarquizando os não semelhantes ao personagem produzido. Em segundo lugar, o pênis, como simbolismo de poder e solidificação dessa identidade para que se possa acentuar tais atributos, configurando em materialidade a abstração do homem como centralizado do meio social. Assim, este deve sempre se manter ereto e visível, equivalente às características únicas dessa masculinidade: viril, máscula, forte, violenta, vitalícia, tradicional.

Consequentemente, como afirma Teresa de Laurentis (1994), é na era da modernidade, com o ritmo acelerado das (i)novações, a masculinidade também vem sofrendo com as continuidades e descontinuidades de seu tempo. Logo, assegura que a mesma venha ocorrer não só onde se espera que aconteça – na mídia, nas escolas, no núcleo familiar etc. Mas em espaços e meios menos óbvios, como na academia, na comunidade intelectual, no meio artístico, nas brincadeiras, etc. (Laurentis, 1994, p.209). Notadamente, são nesses ambientes, consagrados pela frequente exclusividade dos homens, que se criam, surgem e ascendem os espaços reservados para a manutenção e (re)produção dos comportamentos e performances da masculinidade. Ou seja, os ambientes da “camaradagem/brotheragem”, em que, além da instigação sexual, depósito do desejo e da vontade alheia, podem comportamentalizar os corpos com “efeito reforçador ou punidor, aumentando ou diminuindo a probabilidade futura de sua ocorrência, selecionando os comportamentos considerados adequados aos homens” (Valério, et al., 2022, p.45).

Contudo, como toda pressão forçada sobre um corpo, objeto ou sistema, abre-se rachaduras, brechas e frestas que evasam a internalidade pressionada. Neste sentido, não à toa, a própria identidade masculina, numa modelagem de determinar um padrão, pode apresentar, na sua fabricação, defeitos e algumas falhas no

maquinário desse corpo identitário (Badinter, 1992, p.4). Com a qual, podem estrategicamente se distanciar do modelo hegemônico (Ribeiro, 2018, p.35), denunciando, discreta ou indiscretamente, a própria fragilidade que constitui sua permanência constante.

Neste viés, apresenta-se os multiversos do homem, exercido no corpo gay, travesti, transgênero, delicado, almofadinha, fresco, submisso e/ou dependente da mulher, entre outros que coloca em cisão o padrão e assume outras performances que ora serão aceitos, ora reprimidos, ora punidos. De modo que, estes corpos podem proporcionar “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (Butler, 2010, p. 39), com as quais enfrentam o falocentrismo.

E, ao serem contestados de suas zonas de conforto, especialmente diante de corpos rebeldes e transgressores da hegemonização, os “bonecos masculinos” da sociedade, organizados em estantes sociais, étnicos, culturais dão de encontro com a crise existencial e identitária, diante o “oco” subjetivo de si que foi preenchido por uma ideologia obrigatória e repressiva, tendo suas arquiteturas internas, afetadas pela pressão do modelo hegemônico. Consequentemente, esses arranjos infinitos no padrão não possibilitam segurança para o sujeito, fazendo-o mergulhar em um processo aflitivo de escolhas, em que não há uma garantia de um modelo “ideal” de masculino a ser seguido (Coutinho Filho, 2007, p.15).

Nesta montanha-russa, vislumbram em suas psicoguições limitadas, momentos de “crises”, circunscrito numa angústia e depressão de si. Neste sentido, os aumentos nos últimos anos da violência sexual ou física de corpos masculinos não hegemônicos, e os retrocessos políticos a comunidade LGBTQIAP+⁴ já não são prismas dessa contra-resposta com a qual deixa o homem mais fragilizado?

À vista disso, a masculinidade nordestina é também um espectro da identidade do homem, na qual apresenta-se de forma plural, flexível e reativa, dinamizada pelo seu ritmo regional, temporal, histórico, físico e subjetivo. Assim, para que possamos compreendermos as particularidades que circundam a identidade do homem nordestino e, exclusivamente, do paraibano-pernambucano, é preciso levar em conta o fator sócio-histórico-geográfico. Na qual, sua modelagem identitária equipara-se em paralelo a noção de Nordeste, consagrada pelos intelectuais das elites da região, a partir dos anos 20 e ao longo das décadas de 30,

⁴ Lésbica, Gays, Bissexual, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual, mais.

como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013). Somatório, as considerações operantes ao contexto mundial que verbalizaram no sistema humano, individual e social dos sujeitos na virada do século XX.

Entretanto, por consequência da mudança urbanística e industrializadora que chegava às terras brasileiras, forçando, consciente ou inconscientemente, o processo de modernização, a figura eminente da virilidade faz surgir. Montado num cavalo, paramentado de couro, suor pingando em seu rosto, brilhando sobre o sol que tecia em suas terras e resistente a natureza feroz que desafiava em suas entranhas: o homem nordestino, encarnando as variações geográficas e culturais de suas terras. Através desse homem a remissão estaria cravada, pois em sua constituição e sua imagem elevavam-se os homens, ao passo que se construía a noção geográfica.

O homem nordestino é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada e artificial histórica. Um homem de costumes conservadores rústicos ásperos masculinos. O nordestino é definido como um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava (Albuquerque, 2013, p.150).

Diante disso, compreendemos que a emergência surgente da identidade do nordestino está perpassada com o contexto de transformações nos espaços hegemônicos e minuciosos dos poderes confortáveis que o cenário introduzia o sujeito nordestino e sua identidade. Em que é formada a partir dos discursos políticos das elites regionais, que passam a refletir valores formativos no intuito de engendrar nos sujeitos habilidades defensoras e resguardadas que estariam ameaçadas pela “perda de suas raízes”, dado a afeminização da mesma (Albuquerque, 2013, p.150), tornando-se passivo do processo de mudança por novas ordens de poder. Portanto, como pondera Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

A masculinidade nordestina se forjará na luta incessante contra um meio em que apenas os mais potentes, os mais “membrudos”, os mais rijos homens que nunca se vergaram nunca amoleciam diante de qualquer dificuldade conseguiam vencer. Os homens fracos, débeis, delicados, impotentes, frágeis, afeminados não teriam lugar numa terra assim não sobreviveriam (Albuquerque, 2013, p.172).

Tratava-se de uma “guerra” natural e política: a sobrevivência numa terra “fictícia” e difícil de existir; assim como detectava o declínio econômico e político dos principais centros agrícolas do açúcar e do algodão, em visão a crescente industrialização do país e centralização do poder no Sul. Paralelo a ascensão do feminino em seus espaços de poder. Logo, fizeram gestar um “herói” que emplacaria a vertente de manobra enfrentista, sendo reacionária e relativa aos obstáculos que impedem sua legitimação de si e sobre o outro. Uma invenção de ser a excelência performática do falo: aquele que é ereto, rígido em seus valores e contraposto a “malemolência” do processo modernizador, deixando em explícito o poder a ser exercido.

Para que, o “exército” de “heróis” fossem manufaturados aos criadores que temiam os processos, os códigos de gênero e da subjetividade masculina são prescritos como “naturais” aos sujeitos determinados por ela. De maneira que se coloca obrigatória na conquista desta, na qual nascer com um pênis não é capaz de definir sua identidade ou provar sua virilidade. Mas é preciso demonstrar isso num convívio de existência, na natureza que circula e no sistema social que vive.

Entretanto, mesmo que fundisse uma masculinidade nordestina hegemônica, por detrás das bases que sustentam essa máscara performática do ser homem, havia rachaduras que determinavam sua fragilidade e instabilidade inalcançável do “macho por excelência”. Sejam elas proporcionadas propositalmente ou não – ao reajustar o padrão de acordo com suas necessidades e interesses próprios no conjunto de mandos e desmandos dos discursos. Com a qual, a própria sociedade reconhecia e evidenciava como contraposição à ordem imposta, revelando desse véu, outros corpos masculinos que eles mesmo tentavam subalternas: os afeminados, os pederastas – homossexuais, a(o)s travestis, os delicados, os almofadinhas. Não à toa as páginas da imprensa colocam em evidência os casos de afirmação e definição desse homem, seja pela imposição desta ou pela tomada do outro.

2. A estilização do “cabra-macho” em detrimento à modernidade

Entender quem somos; qual o nosso papel social, enquanto sujeito biológico e subjetivo, para uma cultura; qual a nossa identidade de ser e existir; buscando compreender por que exercemos tais configurações, não é uma tarefa de reflexão simples (Antas; Garcia, 2022, p.304). Mas, trata-se de um conjunto de exercícios complexarizados que remontam uma série de respostas estruturadas em uma análise histórico-social. De maneira que, ao pensar, torna-nos inquietos por “esquartejar” as salas de poder, concepções e conhecimentos de nossa(s) personalidade(s), fazendo-nos enxergar tanto as limitações, como as abstrações.

Contudo, embora seja um exercício complexo para uma única resposta, certamente podemos concluir que somos resultado de uma constante construção de fatores externos – nosso meio, nosso tempo, nossa cultura – e fatores internos – nossos traumas, nossas percepções de mundo, nossas formulações. Deste modo, quem somos, para a sociedade em geral ou para os sujeitos que estamos interrelacionados nesta cadeia social, é embasado por essa fabricação em que estamos inseridos, frutos daquilo que aconteceu, e acontece, em contraste com a contínua mudança do outro para a compreensão de si. Assumindo os significados e os enquadramentos que determinam tais normas: o que sou para este século? Como homem ou como mulher, o que represento para este tempo? Meu corpo está inserido em qual manequim?

2.1 Moda masculina

Como discutido anteriormente, a masculinidade possui vários traços característicos em comum com as facetas que ela assume, geralmente circunscritas a uma noção potencializadora de atributos negativos e embrutecidos. Dessa forma, para singularizar a pluralidade masculina, tanto como meio de controle, como de contenção das rachaduras que fragilizam o ser homem, faz-se necessário estabelecer mecanismos hegemônicos de significação e validação do sujeito, entre os quais o corpo. Em primeiro plano a elaboração de um corpo simbólico, já debatido aqui, elaborado numa estrutura ideológica. E, em segundo plano, um corpo físico, materializando e/ou visibilizando em sua massa de músculos e ossos, a então subjetividade.

É neste sentido que a moda é um dos principais campos em que podemos encontrar essa convergência simbólica e física do personagem definido e adequado ao produto que será fabricado pelo tempo e espaço inserido. Embora a palavra possua muitos significados e múltiplos contextos, sua etimologia, advinda do latim “*modus*”, refere-se a modo, maneira, modelo (Calanca, 2008, p.13). Ou seja, trata-se de um fenômeno ou conjunto de elementos sociais cíclicos e coletivos de costumes, hábitos e comportamentos que têm como base uma referência tomada como quase obrigatória (Calanca, 2008, p.11). Portanto, para além, e exclusivamente, como roupas e cortes têxteis, a moda compreende, também, um estilo de vida, meios de enquadramento social, técnica de poder e controle, bem como um fator sócio-histórico de transmutação e/ou expressão, seja do coletivo ou do individual (Calanca, 2008, p.14).

A partir do século XVIII, a moda tornou-se aquilo que conhecemos hoje: um “caminho do meio”, sinônimo de “moderno”, sobretudo no caráter “novo” e “diferente”, colocando-se como divisor entre passado e presente. Assim, analisar o traje ou a roupa dos manequins sociais, permite-nos ir de encontro a um instrumento de vida, uma armadura justa e confortável, “constantemente revisada e reinventada para que se adapte bem à vida quotidiana moderna” (Blackman, 2014, p.4), aos interesses dos (re)produtores, a hierarquia de controle e identificação, e a logicidade dos modos de pensar, de comportar e de agir, total ou parcialmente. Por isso,

a indumentária é um fenômeno completo porque, além propiciar um discurso histórico, econômico, etnológico e tecnológico, também tem valência de linguagem, na acepção de sistema de comunicação, isto é, um sistema de signos por meio do qual os seres humanos delineiam a sua posição no mundo e a sua relação com ele (Calanca, 2008, p.16).

Portanto, têm-se no ato de vestir-se “à moda” o empreendimento das relações identitárias, intencionais e significantes de si e do mundo que os envolvem. Nesta perspectiva, a história social do vestuário permite-nos acessar outros pontos do tempo e espaço que tais manequins circularizam, como a “história da sexualidade e história dos comportamentos sexuais, história das mulheres, história da vida privada e, não menos importante, história dos corpos, das suas paixões, percepções e representações” (Calanca, 2008, p.39-40). Em espacial, a própria história do masculino, da masculinidade e do homem. Na qual, voltando-se para a imprensa que apresentavam sua estilização modal, poderemos compreender nesses traços

vestuários do homem paraibano e pernambucano do recorte vigente, suas flexibilizações e como seu contato condiciona um rechaço ou uma aproximação de seus estilos.

Em nenhuma época anterior ficou tão definitivamente estabelecido o domínio de Londres sobre a moda masculina, e provavelmente em nenhuma outra época será tão importante esse “controle” como na atual primavera – declarou um dos principais alfaiates de Savile Row (...). É quase certo que o número de homens que, procedentes de toda parte do mundo – visitarão Londres no correr de 1924 (...). Embora Nova York criasse uma moda masculina sua, maior parte dos americanos aderiu novamente as modas emanadas de Savile Row. Os homens bem trajados nos Domínios Britannicos, sempre seguiram a moda inglesa, e a América do Sul, que antigamente demonstrava inclinação de seguir Nova York, ao invés de Londres – agora manda fazer as suas roupas a moda de “Bond Street” (...) (*O Jornal*, Paraíba, 12 de setembro de 1924, p.6).

Referentemente à moda masculina no Brasil, como demonstra o seguinte trecho da matéria intitulada “*A moda masculina – Savile Row, o centro de elegância masculina de Londres, continua a impor a sua vontade*”, publicada pelo *O Jornal*, no ano de 1924, informa-nos como os padrões de estética e beleza eram pautados nos modelos europeus. Uma vez que o consumo indumentário brasileiro era viabilizado pelos produtos e concorrências estrangeiras, com destaque para as linhas francesas – especificamente a parisiense – e londrinos, típicos da era vitoriana e eduardiana, disputando o mercado internacional pela economia, estoque e exclusividade material.

Neste íterim, a moda está intimamente ligada ao contexto histórico, com a qual, ao longo dos anos de 1920, ainda suspirava o odor da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), atormentada pelas lembranças, sensações, sonhos e pesadelos que marcaram a humanidade ao longo dos 4 anos de conflito, deixando uma cicatriz a ser costurada pela geração seguinte. Neste cenário, não foi apenas a história política e social que teve costuras profundas, mas a moda também obteve linhas e agulhas determinadas, operando uma (r)estruturalização no sistema masculino e um deslocamento da milimetria vestimentar imperial e formalizada, característico por seu estilo escuro, sombrio e fechado – dos pés ao colarinho –, para uma flexibilização mais permissiva dentro de seu tempo, como cores mais claras, dual (duas cores numa mesma peça) e mais abertas. Além da entrada e reformulação de algumas composições, como os jaquetões, os sobretudos, as blusas, os chapéus. De maneira que não perde o brio viril, moral e potente da macheza, mas acentua-se por uma nova perspectiva.

Para tanto, a roupa do homem paraibano e pernambucano acompanha esse ritmo. Embora não tão veloz e excitado pelas mudanças modernas, seja pela força da tradição ou pelas dificuldades sociais e econômicas que atingiam os estados. Mas é fato que ambos já se encontravam em convivência com o moderno, em que a tradição e a “novidade” dialogavam constantemente, diante da perplexidade e resistência de muitos (Rezende, 1997, p.57). Logo, é no cotidiano dessas relações que se revelam os fragmentos do mundo que se organizavam, especificamente através da imprensa, espaço este de disputas conhecidas, “onde os preconceitos se mostram ou se disfarça, onde a permanência das tradições ou alvoroço das novidades ganham os seus adeptos” (Rezende, 1997, p.64). De modo que, ainda na mesma matéria do *O Jornal*, apresenta-se para os leitores essa modernidade, com as devidas recomendações para os cortes, simetrias e escolhas da composição modal do sujeito homem.

(...) botinas de verniz estão atualmente consideradas ultra-chic, não somente para usar de noite, com os trajes a rigor, mas também para o uso diário, com ternos de “paletot sac”, etc. No que diz respeito ao colarinho, (...): o colarinho duplo de linho branco restabeleceu o seu domínio como “o único colarinho verdadeiro”.

No que diz respeito aos chamados aos chapéus, o de cor castanho claro, mole, com fita da mesma cor e com as abas um pouco mais larga e “enroladas”, substituiu o chapéu cinzento com fita preta.

Quanto aos ternos de “paletot sac” a moda tende paulatinamente a favorecer – depois da guerra – as cores mais alegres, porém, a maioria desses ternos será feita com azuis e “marrom”; haverá, também, um ou outro terno com nuances esquisitas de roxo, vermelho e verde.

Nos últimos dois anos tem paulatinamente alcançado popularidade o “jaquetão” ou “paletot sac” duplo, com a linha dupla de botões, e muitos “homens bem trajados” seguem essa moda.

Quanto aos trajes de rigor, deve-se dizer que foi adotado um novo talhe para a lapela da casaca, alargando-a e simultaneamente acentuado a linha da cintura (*O Jornal*, Paraíba, 12 de setembro de 1924, p.6).

Embora, para os conservadores, moralistas e tradicionalistas os novos estilos representassem uma decadência dos costumes – o que deveria ser rejeitado (Calanca, 2008, p.45-46) –, podemos perceber, por meio deste “manual”, como as novas configurações na roupa do “macho” abriu caminhos para uma permissividade e um consumo social aceitável por parte dos homens paraibanos e pernambucanos. Visto que, a seguinte propaganda na revista *Ilustração*, publicado em 30 de setembro de 1935, serve não apenas como referência para “tornar-se elegante e viver contente” (*Ilustração*, 1935, p.36), mas também, como uma consolidação desse gosto pelo “novo”. À vista disso, as alfaiatarias encontraram possibilidades de ascensão, na

obtenção de maiores qualificações na moda e outros produtos que atraíam seu público alvo (os homens), especialmente os de classes consideráveis.



Figura 1: Anúncio da Alfaiataria Griza na revista *Ilustração*
 Fonte: *Ilustração*, Paraíba, 30 de setembro 1935, p.36, n.11

Assim, o enquadramento de tal moda e a busca por essa validação era viabilizado por um compromisso de relações econômicas e estilísticas estabelecidas com os alfaiates locais/regionais e os jornais, principalmente as revistas, que traziam as notícias das modas, suas atualizações, seus códigos e toda uma mudança social que dizia-se ser possível a partir do momento em que o(a) leitor(a) o(a)s vestiam, as encarnavam. Portanto, revela-nos o poder de consumo (Rezende, 1997, p.62), seja do personagem que assumiria os caracteres vestuários, seja do produto que garantia sua performance. Consequentemente, tais estabelecimentos envolviam um cuidado de propaganda muito especial, com estratégias e vantagens que abrigavam não só o

marketing e as novas invenções, mas também meios de garantia da tradição com o moderno (Rezende, 1997, p.62).

Empenham-se numa tentativa de sedução e desejo, na captura dos encantos de seus produtos “atualizados”, como pelo “gosto” da modernidade, fazendo vislumbrar um mercado de forte concorrência. De tal forma que, tanto na Paraíba – com destaque para a Parahyba do Norte – e Pernambuco – destacado para o Recife – observa-se a conglomeração de centros comerciais, fornecendo palco para uma grande diversidade estilística e referencial. Neste sentido, são as diversas páginas de jornais e revistas que se encontram recheadas de anúncios e chamativos importantes para o financiamento das suas atividades (Rezende, 1997, p.62). A qual, entram em jogo uma série de disputas e estratégias de marketing no intuito de atrair, exibir e direcionar seu público para o “melhor dos melhores” no mercado – como fotografia, palavras destacantes, desenhos, formações extras, etc. – cabendo destacar na propaganda anterior da *Ilustração*.

À exemplo, a famosa alfaiataria Zaccara, localizada rua comercial da Parahyba do Norte, Maciel Pinheiro, em que no jornal *O Norte*, página 3, publicado no dia 22 de agosto de 1922, apresenta-se com a seguinte manchete: “*Grande secções de artigos para homens – Novidades por todos os vapores*”. Evidenciando sua movimentação badalada – o que empreende valor de melhor preço, mais qualidade e a mais procurada – bem como, sua entonação de equiparação com o mercado externo e suas modificações. Nesta proximidade, também na rua Maciel Pinheiro, número 205, outra famosa alfaiataria, Griza, por meio da revista *Ilustração*, na página 36, publicada em 1920, através da gráfica por imagem, deixa explícito a intenção de venda nos personagens exposto na capa de propaganda, na qual, manequiniza o estilo ideal das orientações londrinas. Somado ao letreiro de formas que chama atenção por suas palavras: “dinheiro no bolso”, “andar bem vestido”, “elegância” – demonstrando as valorizações que seu estabelecimento proporciona ao cliente.

Em contraponto, a Alfaiataria dos Elegantes, também concorrente próximo às duas anteriores localizada na rua Maciel Pinheiro, número 205, na Parahyba do Norte, vai mais além em seu marketing propagandista, apresentando no jornal *O Norte*, uma fotografia como evidência real de seus produtos e seu trabalho. Em que, no registro posicionado, além dos manequins vestidos com a moda, pode-se evidenciar os tecidos, as cores e os cortes esperados pela intenção do leitor. Contudo, ao lado direito, em uma breve descrição, a jogada final do estabelecimento é definitiva sobre

as demais: ao dispor de um “tailleur”. Ou seja, um curso de especialização na Europa, colocando-o diretamente como o mais equivalente ao mercado mundial e mais qualificativo para o consumo e circulação de sua moda, elegância e estilo.



Figura 2: Anúncio da Alfaiataria dos Elegantes no jornal *O Norte*
 Fonte: *O Norte*, Paraíba, 15 de janeiro de 1920, p.2.

Portanto, é por meio das propagandas da moda masculina, especificamente, viabilizadas nas páginas dos jornais do estado, que vislumbramos não apenas a venda de um produto ou requisição de determinados estabelecimentos para o consumo vestuário – cabendo frisar que a escolha do jornal para expor sua propaganda refere-se à intencionalidade do comerciante em obter grande alcance ou prestígio dentro da “mídia”, dado o nível de influência que tal imprensa detinha na localidade. Mas, sobretudo, à venda e ao consumo de uma imagem, de um personagem que deveria ser performanceado pelo público-alvo. Ou seja, os homens paraibanos e pernambucanos, fazendo equivaler a política de interesse: controle e comportamento do homem, manutenção da masculinidade, validação deste sujeito homem, reconhecimento e identificação do macho.

Assim, para que o discurso detivesse veracidade sobre seu público, adotavam-se modelos referenciais, manequins ambulantes e de contato social, político, cultural e intencional. Ligeiramente, as figuras públicas. Corpos e/ou sujeitos (a nível local, mundial, fictício ou real), que encarnavam ou acabavam por assumir o papel esperado dessa masculinidade desejada, instigando nos homens a obrigatoriedade compulsória

de assumir o padrão engendrado. Pois, além de realçar o poder da “moda”, conferia linearidade social à existência de ser homem.

Em primeira instância se configurava o líder político local, estadual ou regional, que atuava na linha de frente dessa representação e reforçava o produto do personagem enquanto homem nordestino, paraibano e/ou pernambucano. Isto porque sua imagem e apresentação social era a mimese da face, vestimenta e compostura do seu estado, e de seu poder em governo. Desse modo, deveria ter os atributos formulados pelo discurso unânime do ser homem e os constituídos de sua cultura formativa, sendo, pois, no Nordeste, trajado pela imposição, virilidade e tradicionalidade. De maneira que, se seu papel imagético e subjetivo dissidissem da estrutura hegemônica, conferia feminilidade, passividade, fraqueza que sua presença imporia e de seu poder, enquanto líder e homem.



Figura 3: Fotografia de Argemiro de Figueiredo em visita à cidade de Sousa
Fonte: *Ilustração*, Paraíba, n.26, 1936, p.11 – círculo de destaque próprio

Exemplificando, no ano de 1936, foi publicado pela revista *Ilustração*, os detalhes acerca da visita do então governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, na cidade de Sousa, contando com informações e registros fotográficos desse evento. Paralelamente à sua vistoria no interior do estado, sua presença na região conflui para os andaimes não só da política que regia seu poder, mas a presença subjetiva e materializada que o Estado encarnava. Desse modo, podemos analisar que, embora esteja distante do que seria o nordestino raiz do imaginário popular, Argemiro de Figueiredo e seus companheiros – evidente numa fotografia estrutural do patriarcalismo –, equipara-se a imagem e compostura do paraibano e pernambucano

elitista, trajado de sua tradicionalidade e formalidade de homem (atributos implícitos). Ao passo que, inclinado a etiqueta de seu comportamento, sentado de pernas cruzadas, postura ereta e organizada. Ao momento vigente, não eram caracteres afeminados, mas um ato de disciplina masculina pelo padrão londrino elitista, logo, um produto de seu tempo, na qual, angaria venda de seu personagem, ao colocar os homens numa angústia de assumir seu porte.

Em segunda instância, utilizavam de artistas, tanto do teatro como de cinema, para a consolidação mais avulsa e propagandista do papel masculino. Uma vez que, é por meio dessas figuras do meio cultural que engendravam duas perspectivas primordiais. Inicialmente seu prestígio e respeito, por ser um sujeito do espaço artístico, logo de grande afinidade com o público e como se tornava instrumento de comunicação para as massas. Em segundo, o corpo do artista era o vácuo que confluía o simbólico da identidade e o material da performance, realidade e ficção em duas faces que apresentavam uma. Neste sentido, o modelo dessa vertente fora encontrado em Recife, Pernambuco, ao longo dos anos de 1920, que, nos sets de filmagens, tomavam forma a identidade exemplar do macho por excelência. Como demonstra o *Diário de Pernambuco*, sobre a seguinte manchete “A elegância masculina no cinema”:

Todo o Recife recorda-se de Waldemar Pallander, o grande ator de Nordisk. Belo e elegantíssimo ele foi um ídolo do nosso público e deve isso, principalmente, à sobriedade de seus gestos, à sua linha e à masculinidade de seu porte. Não era o “chic” “almofadinha”, afeminado e ridículo, mas o rapaz elegantíssimo, cuja elegância não pagava, antes fazia ressaltar mais ainda os seus característicos de um verdadeiro homem. Mas Pallander morreu e o Recife que tem visto e admirado outros grandes artistas de cinema, valha a verdade, não encontrou nenhum outro que alisasse todas as qualidades do inesquecível artista de Nordisk (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 4 de julho de 1923, p.3).

Ou seja, ao descrever a “elegância masculina”, não se referia apenas seu estilo – enquanto beleza e alinhamento de moda estilística e adequada do ser homem, na qual, faz-se uma crítica aos corpos dissidentes que ascendiam por uma absorção moderna, diante a crítica direta e satírica nos termos “afeminado”, “almofadinha”, “ridículo”. Mas a elegância no comportamento e nos valores que regem sua masculinidade, enquanto homem viril, macho, dando-lhe mais ressaltos de sua identidade. Para tanto, aciona uma onda de equitação dos sujeitos a partir de seus tributos para que, assim, seu corpo seja o palco da canalização da ideia esperada

para a performance assumida. Visto que, mesmo relatando sua morte, impondo a noção da extinção do “verdadeiro homem”, em que leva em seu corpo moribundo tais referências, soma-se uma morte simbólica que avança em detrimento a modernidade que chega. Faz-se notar a instigação de “heróis” masculinos que devam resgatar e assumir tal performance, fazendo valer a masculinidade tradicional.

Paralelamente, o contexto mundial vê em ascensão o poderio estadunidense pós-Primeira Guerra Mundial, assumindo o status de grande potência. Na qual, se torna inevitável as redefinições para as relações políticas, econômicas, culturais e sociais aos países aliados a seu eixo, incluindo o Brasil, alcançando seus interiores e sertões⁵, que, através do mercado de consumo externo e influência na política da boa vizinhança/aliança com os Estados Unidos, transfere meios da modernidade perfurar a bolha tradicional e “antiga” da mentalidade vigente. Logo, a moda e o novo comportamento de seus manequins humanos são os veículos da perturbação e da redefinição social.

Enquanto, por um lado, a moda pós-guerra adere um estilo de linha mais liberal, ousada e diferente do hegemônico, com mais cuidados com a estética, com os metros de tecidos, os formatos de peças, com mais atenção a beleza própria; fazendo-se um somatório de cortes, estilos e heranças para a renovação do guarda-roupa (retornam a uma tradicionalidade, no resgate de peças essenciais de seu vestuário, adaptando à roupa militar e civil usadas durante o conflito). Por outro lado, o comportamento social do homem é ressignificado diante a aproximação e “igualdade” das mulheres. Dado que, os homens em guerra, são as mulheres que assumem seus espaços, adotando roupas e comportamentos masculinos, de modo que opera uma ruptura do tradicional papel de gênero (performance, vestuária, atividade, ações). Assim, ao voltarem do conflito, encontram no cotidiano uma “inversão” de performances físicas e subjetivas das identidades, e uma redefinição da hierarquia de poder, desencadeando nos homens uma reativa a este processo (Badinter, 1993, p.22), colocando-os num vórtex existencial.

Portanto, ao passo que no decorrer dos anos de 1920 a 1930, o Brasil era palco dessas eventualidades de transformações características na própria compostura do

⁵Segundo Lilia Moritz Schwarcz (2012), o termo “sertões” refere-se às zonas afastadas dos espaços centrais no perímetro urbano. Ou seja, podemos considerar que eram locais, regiões, ruas, grupos, classes, povoados periféricos do eixo central da cidade. Portanto, neste contexto, trata-se de cidades e/ou estados distantes/afastados de São Paulo e Rio de Janeiro (a forte influência nacional no início do século XX).

homem e seus atributos, divergindo dos caracteres subjetivos hegemônicos do ser homem, a Paraíba e Pernambuco, sujeitas ao mesmo cenário de contato com tais mudanças a modernidade, elaboravam uma reação reativa e defensiva. Como pontua Albuquerque Júnior (2013), havendo um embrutecimento das normas sociais que não deixariam se perder por um estilo diferente ao imposto, pois assim dobraria joelhos perante a passividade e submissão, traços este que a guerra não “ensinou” ao homem. Como demonstra o *Diário de Pernambuco* em 1928:

Depois, ainda por intervenção da mulher, surgiu também o estilo masculino, com seu progresso lento, é verdade, vindo cumular-se, por fim, no recorte afeminado dos almofadinhas de hoje, de calças largas, paletosinhos curtos e bigodinhos “a la Jonh Gilbert”, verdadeiras caricaturas ambulantes (...) (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 21 de junho de 1928, p.2).

Assim, por meio desse recorte, encontrado na seção de cunho opinioso, pode-se evidenciar como essa moda jovem – impulsionada pelos Estados Unidos, um país “jovem” – que vinha se tornando modelo na América, em especial já no Brasil (eixo São Paulo e Rio de Janeiro), permeiam nas inquietações do homem paraibano e pernambucano, destacante por parte da elite, consagrados em manter vigente a ordem da masculinidade como espectro de manutenção do poder e estabelecimento regional em suas mãos. Havia um temor quanto à afeminação do homem, tanto de suas vestimentas, como de seu comportamento diante o sistema. Ao qual, poderia torná-lo passivo do diferente, da modernidade, do poder redefinido. Logo, ressonando em produzir maquinações de ações e manobras defensivas.

Portanto, a moda do homem nordestino deveria se manter fixada na roupagem que lhe foi imposta na formulação tradicional. Resguardado num passado, pelos heróis “machos” das gerações, característicos pela elegância e rusticidade regional, necessário e limitante da simplicidade. Tal modo que, sem ele haveria um deslocamento do controle imposto para com os corpos, tornando-os meros fluídos no espaço, sem seguridade de si e sem identificação no outro. Como exemplifica o *Jornal do Recife*, no dia 13 de novembro de 1931, ao publicar uma nota opiniosa:

Não sei por espírito de classe ou por mera questão de princípios sou de opinião que o homem deve ser um bicho feio. Um homem bonito, no meu modo de entender, é avergonha da espécie. Que se barbeia diariamente, que se vista com elegância e distinção, que traga as unhas constantemente polidas e um bigodinho para não desmentir a virilidade do sexo – isso se admite. Não que quero dizer que o homem deve ser feio (...) de causar horror

(...). Mas empomadado, almofadinha como galã de fita de cinema – isto é que não vai (*Jornal do Recife*, Pernambuco, 13 de novembro de 1931, n.255, p.1).

Assim, segundo o discurso retratado acima, fica subentendido que não havia erro em querer andar arrumado, adequar-se aos conjuntos modais ou valorizar sua beleza. Visto que, é pertinente como os sujeitos, mesmo fechados nas zonas de defesa e embate ao processo histórico, absorvem, paralelamente, os efeitos modificantes de seu tempo, numa forma direta ou indireta, desde que sua atribuição não exasperassem o limite do masculino e ameaçassem com a modernidade sua estrutura. Logo, o homem paraibano e pernambucano deveria fadar-se ao ponto tradicional de seu papel, de suas características, de sua higiene e sua organização física necessária. Em que, as exaltações ou requerimentos de autocuidado em excesso ou mesmo da opção pelo alinhamento na nova moda eram coisas que caberiam e ficariam apenas no imaginário, no meio cinematográfico. E, portanto, aquele se achasse fazendo materializar essa lógica, colocava em xeque sua própria legitimação de cabra-macho, pois suas características ou atributos adotados fora da ordem, aproximava-o da passividade, equalizado com o feminino, uma afronta a sua natureza e coletividade máscula.

Neste sentido, pode-se evidenciar a observação de Elisabeth Badinter (1993), trazendo para o cenário do homem paraibano e pernambucano, com relação à segunda obrigação da masculinidade: expurgar de suas práticas quaisquer atributos femininos, validando tal afastamento e comprovando a macheza no sangue. Isto é, era de fundamental preocupação do homem paraibano e pernambucano não ser um homem invertido, aquele que trazia na carcaça os fenótipos de homem, mas apresentava uma performance de essência feminina. Ou seja, o homossexual (pederasta) e o afeminado. E, para tanto, o *Pequeno Jornal*, em 1919, publicando no dia 12 de novembro, na seguinte manchete “*Sobre opiniões da atualidade*”, revelamos como esse cuidado das limitações entre o macho e o afeminado, poderia tornar-se um ato heroico e patriótico.

A campanha que se move aqui contra os *almofadinhas* é a mesma que se nota no Rio e em S. Paulo. E, nada mais justo mais moralizador... Andar um rapaz limpo, com sua roupa decente, cortada mesmo pelos últimos figurinos de Paris ou Londres, saber dar um laço na gravata, usar perfume delicados, trazer o rosto escanhado, o cabelo bem alisado, é muito bonito, muito digno de aplausos. Mas, usar espartilho, por carmim aos lábios e pó de arroz no rosto, estudar olhares languídos, ter andar afeminado, é sobretudo imoral, carecedor de mais seria ridículo. O *almofadinha* tipo que se completa com

essas ultimas qualidades descritas, é um indivíduo que não tem noção do sexo, que despreza a sua masculinidade (*Pequeno Jornal*, Pernambuco, 12 de novembro de 1919, n.250, p.1 – itálico do autor).

Afinal, é uma campanha para quais corpos: estilizar os burgueses, elitistas ou a classe popular? Que tipo de corpos têm acesso a essa moda? Se fala muito no retorno e fixação a tradicionalidade, mas esse tradicional seria o padrão uniformizante de todos os homens? Eram destinados a todos e quaisquer homens? Percebemos que sua estética é um modelo elitista, com produtos e comportamentos de etiqueta que os trabalhadores, ruralistas, operários, periféricos, não concebiam no cotidiano. Logo, se tornavam menos homens por não seguir a moda? O que era ser macho para o meio popular? Que armadura revestia sua existência?

Neste sentido, enxergamos a dissociação do discurso com os produtores da voz deste, e o personagem criado/esperado. Chegamos ao rastro do paradoxo da masculinidade. Uma vez que ser homem para a elite paraibana e pernambucana era pautado num modelo econômico e cultural que os homens de classes baixas não poderiam deter. Enquanto a própria formulação do discurso regional produz uma narrativa e um personagem que passam a caracterizar uma série de atributos e valores, com o qual, o praieiro, o jagunço, o brejeiro, o cangaceiro, o senhor de engenho, vão se identificando, com o estereótipo desse “Frankenstein nordestino”, elaborando os “machos hiperbólicos” (Lima, 2013, p.919). O homem nordestino que assumia o papel de resistente e corajoso, sinônimo de bravura e valentia, atributos facilmente confundidos com agressividade, era a marca registrada que define o “cabra-macho” por excelência, o Lampião do sertão e da cidade.

Logo, não condiz com a performance dos formuladores desse personagem, ou seja, da elite. Mas condiz com público-alvo do discurso naturalista e regionalista: o homem da classe popular, o homem do interior, o homem rural, o homem periférico, o abastardo do vértice econômico na Paraíba e em Pernambuco. Assim, percebemos como o homem “raiz” era geralmente visto sob um ponto de vista telúrico, em que as características da terra acabam sendo também as características do próprio povo.

Desse modo, como o Nordeste é solo árido, seco, agressivo, este homem também se tornaria caracterizado como um ser de atributos rústicos, fortes, porém, secos (Antas; Garcia, 2022, p.309). Encanavam o mundo de sua vivência. Eram homens adaptados e forjados a partir da luta utilitária contra o meio, a seca e a aridez, cujo corpo era constituído pelas dimensões vegetais – “homem de fibra” – e animais

– “cabra macho” (Lima, 2013, p.919), cuja masculinidade é agressiva, violenta, rude e inquestionável. Portanto, era colocado como a figura heroica, capaz de enfrentar a passividade/fragilidade – representado na modernidade – e possibilitar a manutenção da hierarquia de poder – assumido no sistema oligárquico e patriarcal.

Compreendendo como a natureza será um solavanco para a própria produção dessa estética do homem paraibano e pernambucano, as canções musicais da cultura nordestina apropriam-se dos discursos sociais, de introjeção política e, principalmente, da literatura regionalista de 1930, como aparato de pedagogia do corpo. Concebendo que grande parte da população nordestina, foco no seu interior, são constituídos de uma população analfabeta, toda e quais forma de ensinamento pela oralidade é o espaço de aprendizagem para esses sujeitos. Concomitantemente, algumas letras de canções passaram a dedicar em trechos e melodias, atribuições do identitário masculino, contribuindo para a criação da imagem idiossincrática de um Nordeste único e atemporal, igualmente pensado para o embrutecimento da masculinidade e do personagem esperado (Brilhante et al., 2018, p.14). Assim, na canção “Carcará” (1964), de José Cândido da Silva e João do Vale, interpretado na voz de Chico Buarque e João do Vale, busca-se na ave de rapina, típica do região, seus atributos naturais e animalesco para o espelhamento do homem (Brilhante et al., 2018).

Carcará. Pega, mata e come. Carcará. Não vai morrer de fome. Carcará. Mais coragem do que homem. Carcará é malvado, é valentão. É a águia de lá do meu sertão. Os burrego novinho num pode andar. Ele puxa no imbigó inté matar (Buarque; Vale, 1982).

Como pontua Saussure (1996), trata-se da questão do significante e do significado. Enquanto o segundo constitui o campo da ideia, o primeiro tange a materialidade dela. Para tanto, no que pese o macho, é fato que a associação a ave de rapina típica da região, seria a representação da força e virilidade desse homem paraibano e pernambucano, encarando por dois vieses. Primeiramente, enquanto macho agressivo e impositor de seu “reinado natural”, refletindo a ave diante qualquer animal mais frágil e de menor porte, tornando-se sua presa – no sentido de poder, de quem manda, e/ou no sentido sexual, tornando-se passivo deste. Segundamente, como deveria ser sua posição frente ao diferente, aquilo que estava fora de sua órbita

de poder e controle, uma vez que, encarnavam não só o nordestino raiz do povo, mas a própria elite nordestina.

Assim, quando falamos em cabra-macho, a moda vestuária deste homem paraibano e pernambucano eram os mais simples e tradicionais possíveis, como traz nossa literatura pela “régua” do regionalismo (Lima, 2013, p.920). Derivado de uma construção de ideias cantadas, narradas e discursadas para os diversos agentes masculinos. Na qual, acompanha a próprio sujeito central: um homem moreno, de estatura média, bronzeado pelo sol, com roupas em tons de marrom ou de couro, com faca embainhada na cintura, com chapéu de couro e expressões faciais séria e/ou entristecidas (Antas; Garcia, 2022, p.309).

Contudo, como o mandacaru, com raízes firmes, espinhento e rústico aos demais biomas regionais, mas que se deleita em fazer brotar a flor mais delicada e vívida de sua paisagem, com fruto doce e comestível aos seres, assim também era o homem paraibano e pernambucano. Para além da rusticidade, sobre várias camadas de brutalidade e dureza de ser, possuía uma sutileza, uma simplicidade, um “quê” de suavidade interior e em seu conforto. Assim, o homem nordestino é mimese de seu espaço, logo, sua própria vestimenta refletia tal dualidade local. Ou seja, durante o dia, sob clima árido e forte, equipava-se da calça de couro, chapéu, facão. E durante a noite, com a mudança sutil e suave dos ventos, a frieza perene da noite, acomodava-se na camiseta, calça de linho, sandálias, corpos desnudos, etc. Portanto, havia uma linha tênue entre o permissivo e o rechaçado, na qual o macho caminharia neste meio, evitando pender para o lado “errado”: seu afeminamento.

Neste sentido, é o ritmo musicado do “baião”, consolidado por Luiz Gonzaga, mesmo ao longo das décadas de 1940 a 1950, um dos mais claro e objetivo aparato cultural que personifica as lógicas da performance do homem nordestino. Referenciando *o que pode* e *o que não* atribuir sua imagem, apresentação e constituição do macho. Tal como podemos ouvir e interpretar na canção “Xote dos Cabeludos”, de Luiz Gonzaga, ao evidenciar esse binarismo da masculinidade em contraponto a “afeminação” (Brilhante et al., 2018). Tanto da modernidade advinda do Sul, como da redefinição do padrão de homem, ao qual delineiam o temor e o rechaço ao diferente desse estilo hegemônico esperado, pois não tinha vez e voz para se atuar num espaço que só “cabra da peste” pode exercer, tornando-se alvo de chacota e da matança de si pelo outro.

Cabra do cabelo grande. Cinturinha de pilão. Calça justa bem cintada. Costeleta bem fechada. Salto alto, fivelão. Cabra que usa pulseira. No pescoço, medalhão. Cabra com esse jeitinho. No sertão de meu padrinho. Cabra assim não tem vez não, não. Não tem vez não, não. Não tem vez não (Gonzaga, 1967).

Destarte, neste seguinte trecho, há uma orientação inconsciente e subentendida para o homem nordestino, instigado pelo jogo de ideias contrárias – na repetição do verso “cabra que ...” –, pontuando quais práticas performáticas o “cabra macho” não deveriam assumir, elaborando os enquâdremes da agressividade e da superioridade sobre o dissidente do manequim social. Neste sentido, podemos perceber como através desse aparato se produz um temor e uma hierarquia de poder. Isto é, retirando e satirizando os homens que através da moda mais ousada de roupas mais justas, estilo de cabelo mais grande, novo tipo de sapato, barba feita e na régua – características estas que diverge do modelo hiperbólico de macheza – deveria ser rechaçada. Tal como evidencia-se na expressão “cabra com esse jeitinho”, cujo uso do diminutivo da palavra – a exemplo de “viadinho”, “mulherzinha”, “bichinha”, etc. – se transfere a noção caricatural, ridicularizando a imagem e a identidade do homem com características tomadas como femininas (Brilhante et al., 2018, p.18-19), ou modernas. Logo, é através da música que se toma uma espécie de oração, um mantra de alienação dos corpos para sua sujeição ao modelo idealizado do personagem regional.

2.2 Hábitos e tratamentos da masculinidade hegemônica

2.2.1 A psicologia molda a infância viril

É importante mencionar que a construção de uma identidade hegemônica perpassa a elaboração de discursos, a propaganda, as opiniões, a venda de um manequim, que por vezes injeta nos sujeitos uma noção compulsiva e tóxica. Mas, a dificuldade se introduz pelo temor da perda do controle dos mesmos corpos, uma vez que, sendo assimétricos e plurais, mesmo dentro de um sistema ideológico, podem achar brechas que interfiram no controle deles. Portanto, havia uma nuvem temerosa que cercava os homens no cotidiano de sua existência: a perda da virilidade. O medo de perder esse símbolo da sua masculinidade incontestável, se tornava sinônimo de sua “queda do Éden”, que representava seu declínio de poder diante os demais

corpos, derrocada como homem e tornando-o fracasso de si mesmo, causa de angústia na provação de “macho”.

Desse modo, mesmo elaborando as articulações da masculinidade hegemônica por meio do guarda-roupa masculino e pelo discurso literário comportamental dos papéis de gênero, é fato que, com a crescente área da Psicologia, centralizando o homem como objeto de estudo, a sociedade reconhecerá que o corpo é uma massa moldável (Ribeiro, 2018, p.35). De modo que, se voltam para momentos ímpares de sua vivência para lhe embutir as qualidades de homem esperado. Logo, vigiar e embrutecer na sua formação é distintor para que se incruste os valores ameaçados (Ribeiro, 2018, p.36), como cápsula humana de resguardo da herança coletiva. Nesta perspectiva, os conhecimentos e a instrução se voltam para a infância, enxergando nesta fase a oportunidade de cravar a “masculinidade verdadeira”, de forjar o homem nordestino que resgata e mantém suas raízes.

A ocasião mais oportuna para preparar-se para a virilidade é durante os anos de infância. Muitas mães lembram-se com satisfação o tempo em que a Emulsão de Scott foi um dos fatores determinantes no desenvolvimento das forças de seus filhos (*Jornal do Recife*, Pernambuco, 26 de janeiro de 1924, p.4).

De acordo com o seguinte recorte do *Jornal do Recife*, publicado em 26 de janeiro de 1924, na página 4, podemos nos ater à menção inicial da informação, ao discutir para o público leitor a importância da população, principalmente dos pais, olhar com atenção para a infância dos sujeitos-crianças, desencadeando nos mais velhos, o status laboral de pedagogizador sociocultural de sua regionalidade/localidade. De maneira que buscam neste passado, ou nas lembranças das gerações anteriores, o herói da masculinidade e/ou virilidade.

Para tanto, se estabelece uma hierarquia de embrutecimento sociocultural por geração, em que, a mimese dos comportamentos identitários e definidores dos corpos sociais, em masculino e feminino, eram exercidos por uma canalização de reprodução e manutenção. De forma que, a mulher paraibana e pernambucana é “mulher macho sim sinhô”, virilizadas para direcionar seus filhos; enquanto os homens já o são por educação. Por isso, a vigilância produz a docilização e punição do homem dentro do enredo social: como sentar, com o que brincar, como falar, como reprimir emoções, como se vestir, como tratar seus semelhantes.

Não à toa, as ciências médicas e populares, vão de encontro a essa pedagogia do corpo infantil no tratamento e no resguardo dessas qualidades, como anticorpos capazes de fortalecer o organismo contra qualquer agente externo que interfira no seu desenvolvimento e formação de ser padronizado. Assim, as farmácias e boticas contavam com tônicos que serviam de impulsionadores para tais habilidades, disposições e virtudes dos sujeitos, masculinos ou femininos. Entre as quais a mais famosa requisitada pela sociedade paraibana e pernambucana, que desde cedo já conhece seus efeitos era a Emulsão de Scott.



Figura 4: Anúncio da Emulsão Scott publicada no jornal *O Norte*
 Fonte: *O Norte*, Paraíba, 13 de janeiro de 1920, p.2.

Para tanto, como mecanismo de evitar a desvirilização e desmasculinização do “cabra-macho”, tanto por questões fisio-biológicas, como por razões exógenas de seus valores, passam-se a criar meios de manter e fortalecer essa “potência por excelência do homem”, ou um suporte no estágio primários de sua decadência. Logo, é notório como os médicos, boticários e/ou naturalistas passam a se preocupar com tais estabilidades na masculinidade jovem-adulta, fazendo-se formular medicamentos, tônicos ou elixires. Seja fabricações caseiras ou científicas, com propriedades vitaminosas, circularizadas nas páginas dos jornais em dois espectros: medicamentos e tratamentos para as características observáveis e subjetivas.

2.2.2 A face do macho

Neste sentido, além da diferenciação biológica para a identidade de gênero – já predisposta pela sociedade ocidental, patriarcal e cristã – claramente, outras diferenciações passam a ser determinantes dessa dualidade sexual, como: o formato do rosto, corpo, tórax, gorduras, os pelos pubianos e corpóreos, altura, dedos, olhos, orelhas, nariz, tamanho das genitálias, sinais profissionais e os ossos do ofício (Figari, 2006, p.35).

Conquanto, ao analisar os principais jornais de 1920 a 1940, foi perceptível constar uma influente preocupação do homem com o formato facial e o estilo que este deteria para o homem paraibano e pernambucano, tornando-se definidores da identidade masculina. Logo, não poderiam possuir ou carregar traços femininos no rosto, ou ainda praticar atividades/funções ditas femininas, pois colocava-os equiparados ao sexo frágil, portanto, submisso e incrédulo de sua identidade. Sinônimo de degradação da potência masculina que resguardava em sua natureza. Nesta perspectiva, no *Diário de Pernambuco*, em uma de suas seções dedicada à história e novelas, foi publicado no ano de 1922, a narrativa intitulada “*A Irmãzinha dos Pobres*”, na qual, o recorte em específico, atribui os fenótipos do homem frágil e, por isso, evitado:

Renato de Lineaull não tinha ainda vinte e sete anos. Era um rapagão muito bonito, alto, bem construído de estrutura esbelta e de uma elegância rara. O oval do rosto apresentava linhas de um desenho correto: os traços finos, regulares e a cor (...) davam à sua fisionomia, aliás muito simpática, um caráter afeminado. Não era uma imperfeição, sem dúvidas, mas isso indicava que Renato era uma natureza fraca, fácil em deixar-se arrastar, e indicava também que a esse mancebo, finalmente, faltavam um pouco de vontade e de energia (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 1 de julho de 1922, p.2).

Ou seja, a ausência de um rosto angular, fibreza e tonicidade na pele, ausência de barbas ou pelos no rosto, indicava uma falha no maquinário ideológico do homem paraibano e pernambucano. Desse modo, são as “perfeições” naturais do homem que garantem sua validação imediata de macho, uma vez que, a aparência apresentava-se primeiro que sua conduta, impondo uma imagem pré-dita. Por isso, seus traços físicos constituíam a insígnia do ser “cabra”. Neste sentido, é por meio das seções narrativas e de novelas, presente em muitos jornais, espaços estes da prática educativa e docilizada, especificamente do público jovem, ávidos pela utopia da

narração e informação que dispunha a modernidade ascendida, que nos indicam o canal de credenciamento político e social dos corpos pelo discursos da verdade. Ao passo que os tornavam inquisidores do outro, manufaturando o personagem de si e da performance esperada pelo macho paraibano e pernambucano.

Destarte, desde o primeiro aparecimento das características distintivas do homem, como a barba, os pelos corpóreos e pubianos, a voz grossa, ao primeiro desejo sexual, era motivo de exaltação e gabação, pois representava sua “menstruação” masculina. O rito de iniciação e oficialização do “cabra-macho”, na qual, seriam mantidas e cuidadas até sua adultez/velhice (Brêtas et al., 2008, p. 408-409). Assim, não adquirir, renegar, desviar ou não ter tais traços/atributos, colocava-o na posição de duvidar de sua imagem e identidade, pois poderia não corresponder a linearidade de sua performance. Para tanto, seja por medo dessa hierarquização ou a manutenção desta, seja pela compulsividade tóxica e bombardeadora do discurso docilizador, os grupos médicos e fármacos passam a propagandear e vender, valendo-se dos jornais o veículo de divulgação, produtos estéticos e de beleza para os homens.

Entre as diversas mercadorias para o “macho”, verificadas nas seções de comércio, encontram-se uma série de remédios, tônicos ou medicamentos utilizados no tratamento de sua beleza e estética máscula, disponibilizadas em diversas farmácias, drogarias e perfumarias da capital e do estado. Como por exemplo, no jornal *A Província*, o mais conhecido Pilogenio, uma loção de cheiro que continha um tratamento diário para o crescimento de regiões calvas do couro cabeludo e o fortalecimento dos fios.



Figura 5: Anúncio de O Pilogenio no jornal *A Província*
 Fonte: *A Província*, Pernambuco, 13 de janeiro de 1922, p.7, n.11

Conquanto, a preocupação com o couro cabeludo ia além do preenchimento de suas zonas calvas ou escassas, mas estava relacionada com a higiene – asseio do corpo –, o cheiro e o estilo. De maneira que possibilitavam a distinção do homem macho e afeminado, do sujo ao límpido, do permissivo ao repreendido. Logo, havia dedicado a estes cuidados pessoais, os produtos e loções que auxiliavam nesta manutenção social e higiênica do homem paraibano e pernambucano. Tais como o Tricófero de Barry, encontrado no jornal *O Norte*, da Paraíba:

A caspa não só é coisa de importancia, como incomodativa. Tricófero de Barry conserva o pericraneo livre de caspa e mantém o cabelo em perfeito estado. É refrescante e deliciosamente perfumado (*O Norte*, Paraíba, 5 de março de 1920, p.2).

Neste sentido, tais loções com propriedades de tratamentos médicos garantem ao homem o bom cheiro, atraindo as mulheres, além de conservar contra doenças, germes e problemas dérmicos nos cabelos. Em contrapartida, seu uso possibilitava a estilização do macho. Uma vez já preenchidos e fortalecidos, modelavam seu corte curto, ainda tradicional, isto porque os cabelos grandes se assemelhavam às mulheres.

Assim, era preciso sempre sua reparação, o que nos condiciona a perspectiva de que, com as mudanças de asseio do corpo na modernidade, os estilos de cortes e atribuição de pelos no corpo masculino, sofria as adaptações. Enquanto, no final do século XIX e início do século XX, vários pelos (especialmente na barba), representava vivacidade e experiência humana, portanto, deveria ser cheia e natural. Ao longo da primeira metade do século XX, final dos anos 20 e início dos 30, percebemos como a barba, mesmo como sinônimo da adultez do homem, era preciso estar adaptada a higiene moderna, pois muitos pelos e cabelos poderia alojar infecções, demonstrando outra percepção de macho. Como apresenta a seguinte opinião publicado no *Diário da Manhã*, em 1930:

A moda masculina da barba raspada parece que se firmou. Não se compreenderia a volta das costeletas, dos cavanhaques, das grandes melenas a Francisco José. No século do aeroplano, do cinema-falante, da higiene quintessenciada, “não são cabíveis mais as barbas severas que se usavam no século passado. Não há mais tempo a perder em pentear e em aparar barbaças. Toda gente se raspa, pela manhã, apresentando-se remozada, com a ideia de assim prolongar a mocidade (*Diário da Manhã*, Pernambuco, 5 de janeiro de 1930, p.4).

Portanto, nos faz refletir como o padrão de beleza para o homem também é sujeito a flexibilização da mentalidade histórica no tempo e no espaço, na qual, se abole a noção das “barbas severas” para uma prática mais estilizada, aparada e/ou raspada, contendo, desta forma, o “prolongar da mocidade”. Primeiro, enquanto manutenção da estética atrativa para o homem – quanto mais jovem melhor; segundo, enquanto apropriação considerada/(in)consciente da modernidade, adotando práticas novas, mesmo sobre carrancuda defensiva.

3.2.3 O corpo do macho

Em mesma linearidade lógica, o corpo do cabra da peste deveria encarnar a regionalidade, sua vivência e seus caracteres subjetivos-biológicos. Portanto, a inquietação do homem paraibano e pernambucano era se seus corpos poderiam se assemelhar ao feminino. Se seu vaso fálico estava desenhado em molde do vaso uterino: “formas arredondadas, poucos pelos, ginecomastia, nádegas proeminentes, voz canelada, tendências para a arte e certas profissões femininas são discutíveis e não exclusivas dos pederastas” (Figari, 2006, p.38). Logo, personificavam a figura do inquisidor, investigando, observando, manobrando em si e no outro os traços que os tornavam afeminados, tapando compulsivamente as brechas que os descaracterizariam.

Dessa maneira, o resultado de seu corpo, pautado pelo padrão hegemônico do macho paraibano e pernambucano, deveria ser produto da labuta no sol, com o gado, com a plantação, com a administração de seus negócios. Ou seja, resultado de seu trabalho diário, do serviço – independente da classe – e de sua própria natureza biológica, sem implicações ou intervenções. Isto é, seu corpo deveria carregar a força enquanto virilidade, músculo enquanto disposição, estrutura como resistência. Assim, qualquer desvio das atividades laborais que caracterizam o corpo masculino deste espectro performativo, como a prática por beleza própria e narcisismo, eram subjugados, testados, marginalizados da identidade masculina. Revelado pela seguinte manchete, “*A lenda do mito forte*”, publicado pelo jornal *O Norte*, em 1952:

Os cientistas da Universidade de Harvard chegaram à conclusão de que o homem que se dedica a levantar pesos e outras demonstrações de força muscular é, na verdade, um afeminado. Essa conclusão resultou de exames psicológicos a que foram submetidos dois grupos de atletas da Universidade. Os homens que gostam de exibir sua força – concluíram os cientistas – só

usam os músculos para esconder um sentimento de inferioridade e insuficiência como homem. O que procuram provar, na realidade, é que são homens de verdade. Em via de regra, não gostam das moças, mas gostam muito de si mesmo (*O Norte*, Paraíba, 23 de julho de 1952, p.8, n.725).

Argumentado por trás de uma experiência de análise científica, o autor mascara sua visão patriarcal, tradicional e machista de um único espectro da masculinidade, na qual, tenta influir o leitor a discorrer da mesma posição de sua perspectiva, alimentando ainda mais os valores limitantes do estético masculino. Desse modo, como relata tal opinião acima, a intervenção do padrão de beleza pelo levantamento do peso, atividade física e de lazer era encarado como a afeminação do macho, em que a beleza advinha de sua própria constituição, do trabalho e da luta com o meio. Desse modo, sem o resplandecer, a exaltação e a admiração pelo seu próprio corpo ou de outros homens, apenas pelas mulheres.

Nesta lógica, os discursos sociais e moralistas passam a formular hipóteses e discussões em torno do “padrão masculino” e do “padrão invertido”. Como consequência, podemos compreender como as características esperadas, assumidas e predisposta ao corpo do macho hegemônico paraibano e pernambucano – forte, tonificado, bronzeado, bruto, suado, etc. –, era carregado de erotismo incumbido, em que, consciente ou inconscientemente, fetichizava o ideal de sua performance: o macho alfa. De modo que, o medo da adoração do corpo masculino, temerosos do afeminamento, ou a retaliação constante a esse macho, ativava nos demais uma aproximação de sua identidade, confluindo para uma interação de caráter homoafetivo? Ou ativava/expositava o desejo e vontade do/pelo outro por si, numa interação homoerótica?

Como explora Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933), ao fazer uma análise dos corpos masculinos na dinâmica do período colonial, durante as atividades laborais nos engenhos de açúcar, percebe-se que há na inter-relação entre o corpo masculino e trabalho uma subjetivação erótica. Concebendo essa perspectiva para o recorte geográfico do Nordeste e seu personagem principal, o cabra-macho, exclusivamente na percepção do corpo do homem que deveria ser talhado pela rusticidade, pelo trabalho e pelo meio, como demonstra o debate até aqui, encontramos essa relação erótica, tanto na estrutura corpórea – pelos, tonicidade, músculos –, quanto pela elaboração dele – suor, trabalho, trajes, brutalidade. Neste sentido, é uma elaboração de corpo que ambos os sujeitos, masculinos e femininos,

interpõe uma admiração e desejo, seja de alcance compulsivo ao padrão, seja por atração sexual (Albuquerque, 2013).

Neste jogo de sedução, entre o erotismo e a macheza do homem regional, consagrando a masculinidade hegemônica para a Paraíba e Pernambuco, compreendemos um espectro do questionamento (é desejo ou repulsa?). Uma vez que, com a ascensão do corpo desejado, obrigando nos homens o direcionamento de obtê-lo, faz-se ascender também outros sentimentos: o ciúme, a inveja, a raiva e outras cargas emocionais. Ou seja, nessa relação, que envolve sentimentos, desejos e obscenidades, o homem assume atitudes ativas, das quais vemos uma constante disputa de homens pelos homens para se mostrarem mais machos possíveis e próximos desse padrão conceitual de macho. De modo que, realiza-se a violação dos corpos que comungam dessa mentalidade e desse sistema – referente morte, assassinato, agressão. Concomitantemente, um jogo de erotismo e poder baseado na violência e na angústia de inflar o ego e superioridade masculina, sendo, pois, a marca registrada do homem nordestino.

Assim, voltando-se para a manutenção desse corpo desejado, somado os esforços da influência médica moderna, do início do século XX, as boticas, as farmácias, os curandeiros e os especialistas engendram tratamentos, medicamentos, elixires, loções, tônico e outros meios de manter, consolidar, auxiliar esse corpo e sua masculinidade na corrida pelo “pote da macheza”. Sendo atestado por vários críticos e médicos da época acerca de sua eficácia e seus resultados.

Entre as diversas páginas, localizadas nas seções de comercialização de mercadorias e propagandas, encontramos diversos tipos de medicamentos envoltos dessa saúde masculina. Como no jornal *O Norte*, da Paraíba, o Dynamogenol, utilizado para tonificar as forças, saúde e o vigor do homem. Ou ainda, no jornal *A Província*, de Pernambuco, outro exemplar, o Vitaminol, encontrado em qualquer farmácia e botica, um tônico rico de vitaminas e proteínas hábeis para o corpo masculino, induzindo ao cuidado com os nervos, músculo, coração e cérebro, de estímulo e fortalecimento desse organismo.



Figura 6: Anúncio do Dynamogenol no jornal *O Norte*
 Fonte: *O Norte*, Paraíba, 24 de janeiro de 1920, p.3



Figura 7: Anúncio do Vitamonal no jornal *A Província*
 Fonte: *A Província*, Pernambuco, 3 de maio de 1925, p.8

Através dos dois modelos acima expostos, com seus corpos bem definidos, delineados, fortes e potentes – construindo o sentido utópico do corpo “perfeito” –, o consumidor masculino idealizava sua semelhança para com este corpo. De forma que, cavando mais a fundo essa perspectiva, cristaliza outras preocupações além do físico, mas ao funcionamento interno do organismo que se mantinha estruturado. Logo, é possível verificar as disposições de cuidados e meios de atenção a outros: o fígado e

os pulmões. Dado que, no Nordeste, os símbolos de verificações ao “cabra-macho” giravam em torno do consumo ao álcool (vício do alcoolismo) e ao tabaco (tabagismo). Além de demais doenças hereditárias e congênitas da saúde humana, como o reumatismo ou as anemias.



Figura 8: Anúncio das Píulas de Reuter no jornal *O Norte*
 Fonte: *O Norte*, Paraíba, 1 de fevereiro de 1920, p.2



Figura 9: Anúncio de elixir em *O Jornal*
 Fonte: *O Jornal*, Paraíba, 25 setembro de 1924, p. 8.

Também, mediante as páginas dos jornais, podemos encontrar medicamentos e meios farmacêuticos para o controle e a supressão do “inferno erótico” do homem: a perda da sua falocentricidade. Chamado “brochamento” ou “frieza íntima” na performance sexual com sua parceira e/ou falhas, ou as disfunções sexuais (precoce ou retardada). Mesmo que circunscrito num tabu social, marcado pela sublimaridade da informação. Como pode-se atestar no *Jornal de Recife* publicado no ano de 1920, expõe-se a uma fragilidade e uma incapacidade do homem na sua pose “cabra”, especialmente ligada ao etarismo do homem.

É causa de muitas desgraças; sombria a felicidade da maioria dos casais e transforma o homem em um ser inferior aos outros e torna-o inútil a reprodução da espécie. (...) tratando deste assunto delicado (...) que vos permitirão recuperar em pouco tempo vossa qualidade de homem, quinduplicar vossa virilidade e conservar mesmo na velhice tudo o que faz a alegria e a felicidade de viver (*Jornal do Recife*, Pernambuco, 12 de setembro de 1920, p.8).

Nesta percepção, à medida que os homens iam amadurecendo na vida adulta, por meio de suas atividades sexuais e exógenas, ou envelhecendo, a ansiedade e angústia existencial se voltavam para seu membro sexual. Ou seja, era travada uma segunda batalha interna e compulsiva em manter seu falo. Além de impor este falo subjetivo (poder), deveria manter sua genital em igual linearidade e disposição. Uma conexão erótica de ser, em que, quanto mais rígido e potente fosse seu poder, virilidade, macheza, igualmente seria seu pênis no ato sexual, motivo de maior atenção pelos homens e pelas mulheres.

Para tanto, evitando serem “inferior aos outros e torna-o inútil a reprodução da espécie” (*Jornal do Recife*, 1920, p.8), colocadas em xeque com a juventude cada vez mais ascendente, receosos de perderem seu falo e se tornarem submissos, outros medicamentos, elixires, garrafadas, tônicos assumem essa “salvação” do homem mais velho. Consagrando a mais procurada e indicada Emulsão de Scott – tônico para a robustez e qualidade do envelhecimento no homem, conservando seu corpo saudável e seus atributos de macho. Como consta no jornal *O Norte* de 1922:



Figura 10: Anúncio da Emulsão Scott no jornal *O Norte*

Fonte: *O Norte*, Paraíba, 9 de julho de 1920, p.2

3.2.4 O cabra carnavalesco

Neste sentido, com o crescente policiamento dos costumes e dos corpos ao engendrado da masculinidade e feminilidade, embrutecido cada vez mais na Paraíba e Pernambuco, ao longo de 1930 a 1940, dando encontro às novas vigências estruturais do sistema sociocultural no governo Vargas, as festividades nacionais e locais representam ora uma ameaça à ordem, ora um veículo político para os grupos no poder. De maneira que o Carnaval, desde o período medieval na Europa até nossa contemporaneidade, é visto como a manifestação cultural e patrimonial de relativa liberdade, se tornou cenário de disputa de controle dos corpos em vigilância das normas, dos trâmites e dizeres de verdade.

Ou seja, os dias de frevo no Recife e saltitantes na Paraíba representam um espaço/momento de afrouxamento “irregular, principalmente para aqueles que fossem percebidos socialmente como homens” (Roberto, 2021 p.300-301). Único período do ano que possibilitam aos corpos másculos uma válvula de escape para essa masculinidade reprimida e os desejos a ela negligenciados por compulsividade, resguarda pelas normas médicas e religiosas, em que seriam libertadas sem julgamentos de si e do outro.

Em contrapartida, encontra-se uma acentuação exasperada de discursos e normas a serem apertadas sobre tais corpos durante e depois de suas folias. Enquanto algumas regiões permitiam a liberalização dos desejos e vontades em nome da diversão, em outros, por instinto da reversão subjetiva e retaliação a “modernidade”, embruteciam ainda mais o preconceito e as amarras. Demonstrado no *Pequeno Jornal*, de Pernambuco, publicado em 1948:

Em nenhuma das capitais do Norte, o tipo carnavalesco perde a masculinidade como no Rio de Janeiro. Os jornais chegam a pedir que o carioca seja, no carnaval, mais homem. Não adianta apelo. O que se vê nas ruas é o cabrocha ou o bonitão envergando saias, com protuberancias no peito largo e requebros que as nossas mulatas dos maracatus não têm. Nada do nosso “passo” forte e ritmado. Entre nós pernambucanos o ridículo que possa haver no carnaval assume papel de coisa séria. Tanto é assim que os desajeitados não se aventuram a cair no que se chama a onda do frevo. O carnaval pernambucano, queira ou não queira, é o mais alegre (*Pequeno Jornal*, Pernambuco, 12 de fevereiro de 1948, p.3).

Como observado, nas festividades carnavalescas de 1930 a 1940, há uma série de críticas em torno desse espectro da masculinidade do homem carioca. De maneira que, suas posturas abriam crises que fragilizavam o homem “modesto” e “cabra-macho”. Visto que, a modernidade aparente transcendia a norma limitante de identidade “macho” e “fêmea”, com uma nova roupagem de performacear, dançar, vestir, cantar e festejar. Assim, as novas atribuições incomodavam as posturas embrutecidas dos paraibano e pernambucanos, temendo que o festival já comum nas terras pernambucanas, fossem sacralizadas pela feminização, passividade e desvirilização.

Desse modo, os discursos de cunho opinioso, lançados em seções políticas e por oradores públicos, eram tidos como legitimadores da verdade do falo que possuíam. Tidos como incontestáveis narrações, pois, a subserviência a outros discursos que não produzissem uma unidade regional em prol do sistema decadente e do poder que se esvaíam, poderiam rechaçar sua posição dentro do modelo hegemônico e desvalidar sua identidade de homem. Neste sentido, o ato de defesa externo contra seus valores internos já embrutecidos, era o menosprezo a todo e qualquer ato performático que não fosse semelhante ao seu. Ou que carregassem em sua (com)postura os traços da modernidade, afeminação e submissão que tanto estavam lutando pela ameaça que se aproximava.

3. Os rastros evidentes da(s) masculinidades dissidente(s)

Fica patenteado como o termo “cabra-macho” ou “cabra da peste” está diretamente ligado à figura do homem em um cenário de estrutura histórica e cultural de caráter patriarcal, machista, de virilidade, de valentia e de coragem (Antas; Garcia, 2022, p.315). O “Adão” da criação regionalista, pensado num espectro telúrico e rústico, produto e matéria da natureza em que vive – fibreza, como o algodão; resistente, como o cacto de sua paisagem utópica; e adaptado às dificuldades, como a cabra. Ao passo que, em contraste, tem-se no anonimato, e em exclusão, a figura do “homem mole”, como pondera Elisabeth Badinter (1996). Ou seja, o covarde, o medroso, inclusive o “baitola” (Antas; Garcia, 2022, p.315), o invertido, o “viado”, configurado como o ser masculino antagônico do sujeito hegemônico. Referindo-se, diretamente à sexualidade, na qual, seria apenas a heterossexualidade, colocada, neste âmbito, como o fator constitutivo, definitivo e exclusivo da masculinidade desse sujeito nordestino, paraibano e pernambucano.

Contudo, quando o cabra-macho não assume seu papel de hétero, desassociando seu personagem para outro modelo de masculino, que figurava uma outra noção visível de desejo, afeto e poder, fazendo-se notar o “viado”. “Sobretudo por serem valentões, destemidos, manterem a aparência e trejeitos masculinos, muito embora mantenham relações sexuais e amorosas com outros homens” (Antas; Garcia, 2022, p.315) – onde estaria sua significação neste tempo e espaço? Até que ponto o macho existia neste corpo? E mais ainda, quando essa masculinidade assumia uma aparelhagem inovadora e moderna de subjetividade, fazendo-se evidenciar as inversões de gênero, seus novos conceitos e as mudanças sexuais, proporcionaria um dismantelo da ordem estrutural ou desencadearia uma reação frágil?

3.1 Vigilância aos homossexuais e afeminados

3.1.1 Prática enquanto crime

Nas primeiras décadas do século XX, a homossexualidade no Brasil era carregada de estigmas sociais constituídos por uma moral cristã, na qual, enquadravam todo e qualquer ato sexual, afetivo e libidinoso de pessoas do mesmo

sexo como um pecado à natureza (chamada sodomia), estando passível de punição material, institucional e espiritual. Para tanto, com a aparente ruptura entre o Estado e a Igreja no processo republicano, é durante os anos de 1910 a 1920, que o Estado ganha mais autonomia de poder e legislação. De maneira que, a prática pederástica (homossexualidade), ganha configuração de crime social, enquadrada no atentado ao pudor, como consta o Código Penal de 1930 – inspirado na legislação penal da Itália, especificamente no artigo 258:

Os atos libidinosos, entre indivíduos do sexo masculino, serão reprimidos quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenção de até um ano. Punir-se-á somente o sujeito ativo e a pena será a de prisão: (I) – por um a três anos, quando por violência ou ameaça grave, tiver constrangido o outro participante a tolerar o ato, ou este, por deficiência física, permanente ou transitória, acidental ou congênita, for incapaz de resistir a esta situação; (II) – por dois a seis anos, quando a vítima for menor de 14 anos, caso em que, para punição, se prescinde do escândalo público (Ribeiro, 2010, p.509).

Portanto, com a consolidação, reforço e, conseqüente, apoio das forças policiais nos estados brasileiros, somado aos demais aparatos legais e sociais – com evocação da população nesta empreitada “moral” –, opera-se a vigilância dos corpos úteis e práticas normais, no intuito de docilizar, estigmatizar e reprimir os corpos “inúteis” do seio público. Neste sentido, o cenário caracteriza-se como um “período da história da sexualidade no Brasil denominada higienização da sociedade” (Chaves; Silva, 2011, p.2). Ou seja, trata-se de um mecanismo de controle e segregação dos corpos, classes e subjetividades, numa tentativa de torna os espaços públicos arejados da visível devassidão e sujeira moral, entre os quais, as próprias práticas sexuais de pessoas do mesmo sexo, eram consideradas uma ameaça de saúde e segurança nacional (Chaves; Silva, 2011, p.1-2).

Todavia, mesmo sobre inquéritos discursivos, aparatos e mecanismos de legalidade, sob forma de cassação, higienização e segregação dos corpos homossexuais, arroxado nos anos 30, não resultou muito efeito na construção de uma identidade, encontros, persistência e resistência de grupos próprios dos homossexuais. Na qual, sobre os narizes do Estado e dos “futrriqueiros”, foram topografando brechas e ambientes *por* e *para* homossexuais, que “aproveitavam o escuro da noite para manterem presentes suas práticas sexuais clandestinas” (Chaves; Silva, 2011, p.2). Como noticia o flagra policial pelo *Jornal do Recife*, em 1927:

A polícia do 2º distrito prendeu, ontem, pela manhã, os dois malandros: Amaro Faustino e Maximino Candido, quando, na Praça Coração de Jesus, os mesmos se achavam a cenas de pederastia. O comissário de serviço da 2ª delegacia o sr. Adolpho Costa, os recolheu ao xadrez do local, às ordens da autoridade expotente (*Jornal do Recife*, Pernambuco, 29 de dezembro de 1927, p.3).

Ou seja, podemos perceber que o cenário sexual flagrado pelo policial nada mais era do que uma praça pública do Recife, em que, o próprio ambiente é palco de interação entre os dois homens no ato libidinoso e os demais sujeitos que circulam. Destarte, evidencia a militância da ordem pública contra corpos indesejados, como também a dualidade de espaços comuns a quais corpos o ocupam: de manhã os “homens de bens” em seu cotidiano, e a noite o refúgio dos desejos. Desse modo, tentar mecanismos de vigilância e suspensão a sexualidade dissidente e seus espaços de satisfação era uma forma de higienização? Temor da desestabilização do sistema de controle e poder? Ou era uma forma de afastar as esposas, filhas, mães e outros sujeitos sociais, de seus recantos de prazer homoerótico, camuflado numa camaradagem social?

À vista disso, debruçando-se sobre a imprensa, através das páginas dos jornais que evidenciavam notícias sensacionalistas de contatos íntimos e amorosos entre homens, em que, tentavam direcionar e informar práticas e sujeitos envolvidos no ato de crime imoral, paralelamente possibilitavam para outros homens homossexuais uma seguridade de normalidade e identidade de seus desejos. Proporcionavam aos seus semelhantes um direcionamento a esses espaços, confluindo para pontos de encontros, contatos, pegação e liberalização de exprimir seus desejos.

Ou seja, as notícias e inquéritos policiais também perfuravam aberturas no sistema vigilante e repressor para que corpos gays sobrevivessem e mantivessem relações, selecionando e construindo trocas de socialização, como nas praças, banheiros, estabelecimentos públicos ou privados, em que passam a camuflar os desejos masculinos não hegemônicos, “sem incomodar os padrões de moralidade reinantes na sociedade” (Chaves; Silva, 2011, p.1). Na qual, vez ou outra eram trazidos à tona pelos jornais ao serem desvelados.

Portanto, embora a sociedade detivesse o poder sobre o personagem que performanceavam socialmente, encontravam um desafio mais dinâmico e complexo diante o controle do desejo e o erotismo, com a qual, comportamentavam manobras

totalmente diferentes. Isto porque, entre quatro paredes tudo era permitido, desde que sob total acordo entre os sujeitos envolvidos, especialmente entre os homens. Para tanto, aqueles que causavam curvilínea no padrão e desejo engendrado, recaíam a duras penas da estigmatização de seus corpos. Desse modo, grande parte das notícias que envolviam o protagonismo homossexual na Paraíba e Pernambuco, era colocado na relação de crime ou de cunho violento, proporcionando o embrutecimento já forjado em torno do corpo gay: o criminoso, o marginal, o degenerado, o imoral. Logo, ligado a qualquer tipo de desgraça social.

Neste sentido, cabe ressaltar uma série de casos noticiados pelos principais jornais dos estados da Paraíba e Pernambuco, que chocaram a sociedade local. Ao passo que fomentava e alimentava a imaginação social de cristalização a marginalização e repulsa ao corpo gay. Como por exemplo, um crime coletivo ocorrido em 1949, relatado pelo *Diário de Pernambuco*:

Dezenas de homens frequentavam a residência do velho funcionario

O barbaro crime da avenida Jabaquara continua envolto em mistério, Manuel de Almeida, funcionario publico, assassinado de forma brutal, em sua própria cama, era um homem portador de desvios sexuais.

Pederasta passivo, Manuel de Almeida se fazia cercar de conforto que a sua fortuna lhe proporcionava, ao mesmo tempo que permitia o ingresso em sua casa, de inumeros amigos, com os quais mantinha relações que não durava além de um ou dois meses. Nesse detalhe importante de sua maneira de viver veio embarçar as atividades da polícia, pois que, em torno desse personagem estranho, solitário numa bela casa da avenida Jabaquara, giravam varias dezenas de homens de idades variaves entre 17 e 20 anos.

DOZE FOTOGRAFIAS NUMA CARTEIRA

O delegado Pinto Moreira encontrou numa carteira, que foi achada na gaveta de um movel, doze fotografias de homens. Todas do mesmo tamanho, três por quatro, sendo que pelo menos quatro delas, pelo amarelecido do papel, denotam ser antigas.

DUAS FOTOS COM DEDICATORIAS

Entre as fotografias apreendidas pelas autoridades, foram encontradas duas em cujo verso existem dedicatórias dirigidas ao morto. As palavras afetuosas nelas escritas pelos seus doadores, não deixam dúvidas de que ambos viveram intimamente com a vítima, podendo mesmo ser um deles o autor da morte do rico e solitário Manuel de Almeida (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 18 de fevereiro de 1949, p.9 – negrito e caixa alta do autor).

Assim, como podemos aferir na leitura, é um crime rodeado de mistérios e pontas soltas, envolvendo uma série de suspeitas sexuais e íntimas da vítima. Portanto, é um caso que revela para o público da época, facetas do mistério da masculinidade e da fragmentação ideológica, levantando em igual uma gama de questionamentos pela solução/respostas. Colocando-os frente a percepção de que a

homossexualidade não estava limitada apenas um único corpo, o afeminado (como se fincava o discurso), mas a uma variação do “invertido”, o pederasta. Em que, os envolvidos no caso se tratavam de “cabras-machos” do dia a dia, ao qual, interfere na investigação para a identificação, tanto do culpado, como dos homossexuais, numa tentativa de exposição e repartição social do seio.

Além disso, impunha a desordem da lógica de que o afeminado era o passivo, submisso do homem ativo. Mas, neste crime, o passivo assumia o papel de macho, a imagem e semelhança do ativo, pois antes da aferição do crime, todos os envolvidos passavam despercebidos da vigilância. Contudo, com a explanação, a ordem do jogo se volta para a crise do questionamento. Então, como identificar o homossexual/pederasta? Assim, reforça a ideia embrutecida de que todo homossexual, ativo ou passivo de seu papel sexual, seria agressivo, criminoso por natureza e por instinto da paixão lascívia.

Neste sentido, indo de encontro a tais reflexões, de modo a empreender o discurso mais efetivo da natureza criminológica do homossexual, cristalizado especialmente no pederasta passivo, fadado a pender para as subjetivações femininas, encarado como mais histérico e imoral a sua natureza, mais fácil de apreender e identificar entre os vários homens por sua “condição”, no jornal *O Norte*, no ano de 1952, denota-se o crime realizado por um amante ao seu companheiro:

Um indivíduo esfaqueia um (...) no – A noite, ante-ontem, a vergonhosa ocorrência – O que a Polícia apurou, até o presente – As cartas ...

Dois homens são personagens desse caso inqualificável que teve como palco o porão de um prédio situado à rua Anísio Saratiel, no Bairro do Rogers. Inqualificável pe a expressão, porque contando aos leitores o que houve entre esses três desviados, brutalizados, em questão de sexo, todos concluirão que não há termo para definir essa história que coisa espécie às criaturas normais.

Mais ou menos às 21:30 de ante-ontem telefonaram para (...) Polícia avisando de que o local (...) havia uma luta corporal entre dois homens. (...) Lá chegando os policiais concluíram, logo, que se tratava de um caso grave. A porta foi arrombada e encontraram os dois indivíduos que se matavam esfaqueados, derramando muito sangue.

Vieram para o Hospital de Pronto Socorro, Antonio Alves Cassiano e José Emilio Santiago. O primeiro faleceu, logo depois em consequência de ferida penetrante no hipocôndrio direito e envenenamento. O segundo, casado, com quatro filhos, ao que se diz empregado (...) faleceu após a operação com ferimentos penetrantes no abdômen, por arma branca. Tinha quarenta e dois anos de idade.

O QUE A POLÍCIA APUROU

Nas primeiras diligências a Polícia conseguiu apurar que o Antonio Cassiano era pederasta passivo e agredira José Emidio Santiago por questões que seria vergonhoso declinar-se nesta reportagem (*O Norte*, Paraíba, 17 de abril de 1952, n.646 p.8 – negrito e caixa alta do autor).

Neste seguinte esclarecimento do caso na Paraíba, podemos compreender três perspectivas. Em primeiro plano, reforça o espectro da homossexualidade, na qual, um dos sujeitos envolvidos era um homem casado, não um afeminado. O que demonstra como grande parte de homens “héteros” e de moralidade social, também estavam fadados as descobertas por seus atos desejosos e eróticos. Confundindo e camuflando sua identificação. Em segundo, tonifica aos leitores a natureza perigosa e criminal que o homossexual detém, na qual, em instinto de raiva ou ciúme pelo seu amante sigiloso – por questões afetivas ou sexuais não reveladas na informação –, entrou numa luta corporal. E, por meio do episódio, serviu de sacralização para os homossexuais.

Em terceiro plano, questiona a própria masculinidade do pederasta, uma vez que, dentro da lógica paraibana e pernambucana, ser passivo, afeminado, “viado” era a desqualificação de sua natureza masculina e, conseqüente exclusão, submissão diante os demais machos. Contudo, ao provar sua natureza viril e bruta com o sangue na faca sobre o amante – certamente ativo –, provocando, consciente ou inconscientemente, sua morte por “honra”, tornava-o mais homem como os demais? Faria seu “status” ascender no respeito? Ou seria mero mártir de sua natureza errônea?

Conforme se estabelecia o teor criminológico, marginal e depreciativo na figura do homossexual/pederasta, a sociedade, em especial os homens em seus frágeis tentáculos de alcançar superioridade sobre os outros, fechados nas suas caixas de saber, utilizam do termo, *pederasta* – com ênfase ao sentido passivo, dado sua maior estigmatização – como uma forma de xingamento e humilhação para deslegitimar, rebaixar ou monitorar o outro. De maneira que independentemente dele ser homossexual ou não, após a denúncia escancarada das falhas da sexualidade alheia, seria “cassado” e constantemente colocado a prova de sua macheza. Como verificado pelo genro ao acusar o sogro, noticiado pelo *Diário de Pernambuco*, em 1910:

Silvino declara que seu sogro é um pederasta ativo, que teve relações dessa espécie com um rapaz de nome Ladislau, que faleceu de varíolas e por causa de quem, uma vez armado de espada, fora agredir José de Andrade na estação da Ponte d’Uchôa.

José de Andrade dava-se também a pederasta ativo.

Continuando, diz Silvino que Cyrino não dormira só na noite do crime.

Pernoitara em seu casebre com José Belarmino da Silva, vulgo José do Bonito, que substituirá Ladislau: que José do Bonito se retirara na manhã seguinte.

Preso José Belarmino da Silva e interrogado a primeira vez, confirmou mais ou menos as declarações de Cyrino e *in tortura* as de Silvino (...), dizendo-se-lhe que Cyrino já contara o desenrolar da cena de sangue ocorrida na avenida, José do Bonito confessou as suas relações de igual natureza com José de Andrade e o fez o histórico de sua ligação com aquele, que não o abandonava um instante, chegando até a vigia-lo (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 2 de junho de 1910, p.2 – itálico do autor).

Neste sentido, à medida que sucede os acontecimentos em torno da investigação – também pautado no crime e na investigação de homicídio –, faz-nos pensar: o fato da denúncia pelo genro, se procede por ciúmes ou intrigas afetivo-sexuais a seus parceiros eróticos, envolvidos no caso, já que o genro foi chamado a depor, ou por questões pessoais? Ainda assim, o sentimento de incômodo que levou a realização da denúncia estaria relacionado pelo sogro participar do crime ou pela perversão sexual com a qual se deixa praticar, sendo pois o sogro homossexual e próximo a ele e sua família? Mas se caso o sogro fosse um “cabra-macho” esperado pelo genro, haveria a indução da denúncia e acusação?

Indubitavelmente, é fato que a partir do momento que o genro acusa o sogro como pederasta ativo, expondo sua sexualidade e seus desejos pessoais – estando relacionado a um dos envolvidos no crime, sendo um dos cujos seu amante –, torna-o passível de reclusão social, olhares de apontamento e desvalorização de sua identidade de macho. Alvo fácil para ser condenado e penalizado, legalmente ou socialmente. Impondo ao sogro uma série de provações constantes para que seja minimamente “aceito” ao meio. À vista que, o coloca submisso na hierarquia de poder e subjetividade de homem diante seu genro, que alimenta seu ego perante o sogro.

Neste viés, na contramão da consolidação nas principais páginas dos jornais acerca da imagem do homossexual como criminoso, desenvolve-se, um levantamento da inquietação pública quanto a suas justificativas de origem e de contenção. Uma vez que, mesmo alocados em prisões ou longe das zonas centrais de circulação social, o pederasta ainda “portava” seu crime, na qual, a fé ou a lei não eram mais capazes de responder.

Considerando isto, ao longo dos anos de 1930, a medicina assume o papel de detentora de tais inquietações, visto que, lançam mão de uma nova percepção da homossexualidade, ao torná-la não exclusivamente um crime, mas uma patologia. Passando a constituir o *corpus* da pesquisa médica, cabendo a ela o dever de explicar,

direcionar e experienciar curas, tratamentos e reversões. Como afirma a discussão de Carlos Figari (2006), sobre as penalizações da prática:

Isso não significa que os crimes sexuais sejam exclusivos dos degenerados: os mais monstruosos podem ser cometidos pelos sãos de espírito (Krafft-Ebing); mas os crimes sexuais dos degenerados resultam da degeneração, incitados ou facilitados por ela, como qualquer um de seus outros atos. É essa degeneração que terá que ser buscada no indivíduo e nas características de seu ato, a fim de estabelecer o grau de responsabilidade incorrido pelo paciente. E se a doença não lhe permite responder, que a justiça se lembre de que ele tem medo ou até mais medo: é por isso que seu lugar não é na prisão, mas no hospital, onde os honestos podem ter confiança de ter certeza dele (Figari, 2006, p.33-34).

3.1.2 Prática enquanto doença

Portanto, a elucidação de leis e bases legislativas como reforçadores dos padrões de enquadramento dos corpos em sentido higiênico de sua moralidade e pudor a sociedade, pesando a estigmatização no homem homossexual, não é mais suficiente para compreender seu controle e ditar as performances de masculinidade e feminilidade (Figari, 2006, p.25). Neste sentido, é essa discursiva médica, marcadamente da segunda metade da década de 1930, que reveste o homossexual com uma nova roupagem de estereótipos, consagrando-o como o doente, o degenerado, o virulento.

De modo que embora a definição de homossexualidade continue confusa e ambígua, seja como vício, como pecado, como crime ou como doença (Figari, 2006, p.31), é inegável como a sociedade passam a unanimizar forças e verdades para tornar o homossexual o monstro necessário contra o “herói” cabra-macho heterossexual, e proporcionar o meio de resgate contra a masculinidade perdida. Visto que, ao empreender mecanismos de cura e reversão ao pederasta, estariam encontrando a salvação do pecado delicioso que muitos poderiam advier em seus corpos. Matar no outro aquilo que há em si, segundo Elisabeth Badinter (1996). Ao passo que tentava cobrir uma das camadas de descontrole sobre os corpos e subjetividades masculinas.

À vista disso, a medicina brasileira intenciona assumir o falo do poder de controle sobre os corpos dissidentes, fundando por sua vez uma patologia (Figari, 2006, p.31). Relacionada a razões endócrinas do organismo, por questões genéticas ou por um viés adquirido. Logo, proporcionariam tratamentos, terapias e meios

específicos de sua cura, na qual, a prisão ou o confessional não obtinham. Ao qual, eram consideradas pelos médicos como preconceituoso enquadrar a homossexualidade no status de crime, vício ou pecado (Bezerra; Ribeiro, 2019, p.6). Segundo cita o especialista mais famoso no caso dos estudo médicos da homossexualidade no Brasil:

As práticas de investimento não podem continuar a ser consideradas, talvez, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstre na maioria dos casos que se trata de indivíduos doentes ou anormais, que não devem ser punidos, porque lhes faltaria tratamento sobretudo (Ribeiro, 1937, p.35 apud Figari, 2006, p.31).

Neste sentido, é o médico Leonídio Ribeiro, o principal precursor da mentalidade médica no Brasil, responsável pela divulgação de pesquisas, ideias e teses em torno da temática, dando base para outros autores e especialistas da área ascender. Seu marco no país ocorre no ano de 1938, ao lançar o livro *Homossexualidade e Endocrinologia*. Por meio desta obra, Leonídio discute a patologia e realiza uma série de desventuras as possíveis causas do homossexualismo⁶, numa vertente biodeterminista (Bezerra; Ribeiro, 2019, p.2-3). Para tanto, seu centro de análise é as glândulas endócrinas, e como seu funcionamento e as falhas destas são determinantes na constituição da sexualidade humana. Bem como a influência da prática em “inversão sexual” no homossexual ativo e/ou passivo, direcionavam a cura ou tratamento de tais indivíduos, a fim de relacionar o que chama de “patologia” com predisposições a condutas criminosas (Bezerra; Ribeiro, 2019, p.2-3).

Toda a produção pesquisada e formulada por Leonídio, foi mentoreada pelo médico e cientista espanhol Gregório Maraño, também conhecido por seus estudos na área. Neste viés, ambos os médicos credenciavam que a homossexualidade deve ser encarada como “um problema social a ser resolvido pela medicina” (Bezerra; Ribeiro, 2019, p.2-3). Assim, ambos os especialistas lançam duas vertentes que passam a estudar e teorizar fenótipos considerados “típicos” desse sujeito “anormal” (Bezerra; Ribeiro, 2019, p.2-3), relacionadas com o diagnóstico e/ou tratamento dos

⁶Neste momento da História, ao longo do século XX, o termo homossexualismo, com o sufixo “-ismo”, referia-se à orientação sexual. Porém, carregada de um sentido pejorativo, ligada à crença de que a homossexualidade seria uma doença, uma ideologia ou um movimento político que pessoas aderem ou adquirem.

pederastas: uma por causas congênitas ou exógenas, e outra por causas orgânicas ou endógenas.

As razões congênitas ou exógenas, são motivadas por fatores externos ao organismo que afetam o indivíduo, como por exemplo, a pouca educação moral, a impossibilidade de sexo com mulheres – seja pelo confinamento (vida militar, prisões, seminários, etc.), seja pelo precário acesso às prostitutas –, a alta influência feminina, alcoolismo, onanismo, vida pouco saudável (Figari, 2006, p.25). Enquanto as orgânicas ou endógenas, são propiciadas pelos acontecimentos internos no indivíduo, que afetam desenvolvimento psíquico, biológico, social, como as possíveis falhas no sistema glandular por herança hereditária ou por degeneração psíquica, loucura erótica (Figari, 2006, p.29).

Em suma, podemos denotar que, para ambas as correntes médicas, a homossexualidade dispõe de um status patológico, ocasionada por uma série de "erros orgânicos e funcionais, distúrbios da secreção interna que alteram a natureza e, se não justificam o equívoco natural, o tornam compreensível e talvez remediável" (Figari, 2006, p.32). Em consequência, faz-se surgir variáveis meios de tratamento de cura ou reversão sexual, sujeitadas como caminhos basilares para a correção da sexualidade dissidente, definindo uma linha tênue: para a sociedade, que compra a noção patológica e busca a defensiva contra esses corpos; e para os homossexuais, que enfrentam outras opressões, desenvolvendo meios de resistência por sobrevivência.

3.2 Hábitos e tratamentos modernos à(s) masculinidade(s) dissidente(s)

Destarte, preocupados com a patologia da masculinidade, (des)viado do modelo hegemônico do prazer e erotismo, ao ponto de se sentirem desestruturalizados do poder, engendram os mecanismos da correção: medicamentos, terapias, internação e/ou cirurgias, na qual, refletem os corpos e classes sociais que detém tais acessos e como cada etapa encara o pederasta para sua "reversão".

3.2.1 Tratamento clínico e terapêutico

Predominantemente, como vimos anteriormente, cabia-se, inicialmente, o uso de tônicos, elixires e remédios que garantiam o fortalecimento e aprimoramento dos atributos másculos, seja nos “estágios” primários do homossexualismo, seja como garantia de contenção para a vida adulta. De maneira que, quando não surtiam os efeitos esperados ou ainda a patologia ultrapassava seus meios, encontrando falhas no sistema, recorriam ao acompanhamento terapêutico médico e/ou clínico – maneira pelo qual seria viável ao diagnóstico. Assim, abre espaços para que nas costas de homens afeminados sejam (re)colocados os alvos de foco, dado que, representavam uma ameaça direta para o controle da masculinidade.

Neste sentido, as ferramentas clínicas e terapêuticas, agraciados pelos estudos psicológicos, habilitaram o encaminhamento para esses espaços hospitalares ou específicos, reunidos na chamada “inversão sexual” (Bezerra; Ribeiro, 2019, p.7). Ao qual, passaram a incluir a homossexualidade entre “os ‘estados intersexuais’ para provar que se trata de uma consequência de perturbações do funcionamento das glândulas de secreção interna” (Ribeiro, 2010, p.169). Visto que, sustentado nas teorias de Marañón, Leonídio argumenta que tal inversão não detém caráter moral, mas sim, seguia métodos médico-pedagógicos. Portanto, incluíam interferência psicológica, emocional e mental.

Concomitante, fora encontrado no *Diário da Manhã*, de Pernambuco, publicado no ano de 1935, uma seção de leituras, entre os quais, achava-se indicado a obra estrangeira do doutor Havelock Ellis, traduzida para o português, envolvendo discussões acerca da homossexualidade e sua inversão sexual, descrito na seguinte forma:

A INVERSÃO SEXUAL pelo **dr. Havelock Ellis**. (...) Principais capítulos: a homo-sexualidade; estudos da inversão sexual; a inversão sexual no homem; a inversão sexual na mulher; a natureza da inversão sexual; a teoria da inversão sexual, etc. (*Diário da Manhã*, Pernambuco, 10 de março de 1935, p.20 – negrito e caixa alta do autor).

Desse modo, por meio da imprensa, que propagandeavam estudos e obras do exterior, servindo de base para os profissionais locais estarem atualizados de sua área, ao mesmo tempo que influía atenção para os curiosos leitores, possibilitavam a noção de que a pederastia poderia ser tratada e corrigida, pelo qual, a sociedade também faria parte nessa empreitada de “salvação” do macho, quando a chibata em suas costas não lhe servia.

3.2.2 Santas Casas e hospícios

Não apenas as clínicas médicas e terapêuticas se encarregaram de “reverter” a masculinidade do homem, cabendo destacar, também, as funções que as Santas Casas da Misericórdia, bem como os Asilos, na Paraíba e em Pernambuco, ainda exerciam influência no tratamento e cura de diversas doenças físicas e espirituais. Logo, detinham o poder de conduzir muitos homens à reclusão institucional religiosa com os mais variados diagnósticos (Engel, 2008, p.176). Ou ainda, “recolher” de sua população aqueles que eram deixados, jogados, forçados a adentrar em suas portas. Entre esses homens, encontrava-se uma grande demanda de homens desvirilizados, comportamentos afeminados, histéricos e homossexuais que eram entregues a tais espaços religiosos para um intenso tratamento de “libertação e cura” por meio da oração, regramento e cuidados tradicionais da instituição cuidadora.

Somando os auxílios das Santas Casas e Asilos no tratamento de reversão sexual dos homens “fême”, a construção de hospícios e manicômios na Paraíba e em Pernambuco, foram basilares para a população da época. Estruturado na nova constituição médica brasileira, em contato com o pensamento moderno que ora afugentava os homens e ora serviam de poder na detenção de seus “inimigos”, contribuíram para essa segregação dos sujeitos pederastas e manutenção do poder. Mesmo constituído predominantemente de mulheres, os homens também foram foco de busca, leva e direcionamento para tais espaços, uma vez que, os chamados “distúrbios mentais” e “afeminados” seriam diagnosticados de forma mais significativa em homens que se recusaram ou não conseguiam cumprir os papéis sociais de trabalhador e provedor. Ou, ainda, sofriam as implicações negativas do seu desempenho (Engel, 2008, p.174).

Portanto, cabe-nos refletir: quantos homens afeminados, homossexuais ou mesmo estilizados pela modernidade não foram levados a esses tratamentos “terapêuticos” nas Santas Casas para o “rebatizamento”? Quantos não estiveram debaixo da vara de marmelo, da chibata, do terço e da água benta para que se “tornassem homens”?

3.2.3 (Re)correção cirúrgica

Por fim, o uso de intervenções cirúrgicas nos corpos dissidentes, como meio de revogar sua masculinidade. Embora não se tenha encontrado nesta pesquisa uma comprovação ou realização desta na Paraíba ou Pernambuco. Contudo, fora constatado, segundo o jornal *O Norte*, em uma de suas páginas no ano de 1924 (antes mesmo da crescente influência no país pela operalização), especialistas contrários a tais procedimentos. Opiniosos de que os resultados não alcançariam seus objetivos, dado a diferenciação corporal do ser humano – denotando sua mentalidade mais transgredida do meio. Ao passo que justificava por lei sua criminalização. Como pode ser atestado pelo Dr. Sergio Voronoff, na seguinte manchete “*Terrível desilusão*”:

O dr. Sergio Voronoff, celebre operador pelo seu processo de transplantação de glândulas para o rejuvenescimento do homem, anunciou, numa entrevista concedida ontem aqui, que, no curso das experiencias, apenas cinco operações não tinham logrado êxito. (...) O doutor Voronoff disse que os indivíduos que perderam completamente a virilidade não podem ser curados, acrescentando: “Não podemos ressuscitar os mortos” (*O Jornal*, Paraíba, 8 de maio de 1924, n.133, p.3).

Para tanto, qual o tamanho do medo ou da fragilidade do sistema patriarcal, machista e virilmente macho, ao ponto de desenvolver intervenções cirúrgicas em corpos “ameaçadores” para que sejam iguais a eles: mais macho? Qual o limite do temor e da aceitação, o cabra-macho tem diante os corpos costurados e refeitos?

Desse modo, mesmo que no Brasil não se tenha evidências diretas de tais operações, é imprescindível como ela se tornou uma saída forçada para corpos dissidentes retornarem à sua natureza. Visto que, provando que a homossexualidade é ocasionada por falhas no funcionamento das glândulas de secreção interna, interferir nestas regiões ou alterar outros no organismo, resultaria na proposta esperada. Portanto, é durante os anos de 1910, por meio do pesquisador vienense, Eugene Steinach, que coube o mérito de ter conseguido mudar o sexo dos animais, realizando a castração em espécies machos e enxertando glândulas do feminino, na qual, provocou aparecimento de caracteres do segundo – seguindo mesma experiência e resultado no caso inverso (Ribeiro, 2010, p.507-508).

Obtendo a verificação de que é possível, por manipulação em laboratório, masculinizar fêmeas e feminilizar machos, com transplantações ovarianas ou testiculares (Figari, 2006, p.33), encaminhavam para os setores médicos o verdadeiro tratamento científico e operacional para os casos de inversão sexual no homem (Ribeiro, 2010, p.508). Logo, ao longo dos anos de 1930 e 1940, experimentam as

primeiras cobaias humanas, em que, através de Leonídio Ribeiro e Aldo Sinisgalli, propõem-se a chamada “optoterapia”, um procedimento que “consistia em injetar extratos testiculares ou outros extratos inespecíficos no corpo do invertido (...) para reverter o mau funcionamento das glândulas de secreção interna” (Figari, 2006, p.33). Ou ainda, “também poderiam ser utilizadas intervenções cirúrgicas, como transplantes de testículos humanos, que, segundo os médicos, teriam sido implementados com sucesso em outros países” (Figari, 2006, p.33).

Neste sentido, esses tratamentos adquiriam melhores resultados de efeito quando aplicados nos corpos mais jovens, em comparação aos mais velhos, na qual, seria irreversível (Figari, 2006, p.33). Portanto, permite-nos indicar uma tática de contenção coordenada pela puberdade, em que, quanto mais cedo o pederasta fosse revertido, melhor seria a aplicabilidade sócio-pessoal. Ao mesmo tempo, revela-nos quais tipos de corpos teriam acesso às variadas formas de tratamentos: aos pobres e abastados, a internação, exclusão social, morte, violência; aos mais ricos as terapias e as cirurgias de reversão.

3.3 Luz, púrpura e travesti

Não obstante, em paralelo a toda essa mudança de mentalidade e regramento, que ocorriam nas ruas, vielas, praças, hospitais e dentro das casas (desde as ricas e luxuosas até as de alvenaria e taipa), das classes ricas até as abastadas, do litoral ao interior nos estados da Paraíba e Pernambuco, é no meio artístico que se encontravam uma abertura tão escancarada das masculinidades que não causavam na sociedade nordestina um repúdio, mas uma admiração ou relevância por parte do seu público.

Posto isto, serão exclusivamente nos teatros, os espaços que aprisionam o cenário largado de um passado moralista para a permissividade dos olhos fascinados pelo novo, pela lascívia, pelo sublime desejo resguardado. É nos primeiros anos do século XX, que os teatros “provocaram as emoções das elites, com suas temporadas, sobretudo, depois da construção do Santa Isabel, inaugurado em 19 de maio de 1869, com uma lotação de quase mil lugares” (Rezende, 1997, Página 75-76). Na qual, como aponta Chaves e Silva (2011, p.303), nesse momento da história, “o problema da não-normatividade sexual era a sua visibilidade, isto é, enquanto estivesse selada no interior dos teatros, cabarés e prostíbulos, não era incômodo”. Pela qual, será

demonstrado nos vários jornais paraibanos e pernambucanos, entre eles, o jornal *A Província*:

Diversas

(...) Hontem houve o primeiro ensaio da farça em 1 ato **O amor faz coisas** ... do nosso colega Sr. Samuel Campêllo, na qual Gutomar Teixeira vai, pela primeira vez, fazer um “travesti” e Noberto, Modesto, Esther de Souza, Ferreira Graça e Guararema tem bons papeis (*A Província*, Pernambuco, 28 de agosto de 1926, n.196 – negrito do autor).

Nesta perspectiva, ao analisar o seguinte recorte, igualmente partindo dos apontamentos suscitados por James Green (2000) e João Trevisan (2000), podemos denotar que durante as primeiras décadas do século XX, a Paraíba e Pernambuco, foram sujeitas a afirmar negociações sociais e culturais para a circularidade e performance masculina no que tange à prática do “vestir-se de mulher” (Roberto, 2021, p.300), desencadeando uma disputa histórica e subjetiva da permissividade com a modernidade. Significativamente, de um lado, abraçando a modernidade, mediante as pressões médicas e higienistas que passam a patologizar e criminalizar as sexualidades e masculinidades dissidentes (Roberto, 2021, p.300). E por outro lado, havia na contramão, o “rejeito” da modernidade, ao não abrirem mão da tradicionalidade com as companhias teatrais, em sua nascitura, desde a Colônia, exclusivamente por homens, que performanceavam papéis femininos através do travestismo, com toda sua alegoria e característica de mulher (Meneses; Jayo, 2018, p.161).

Ou seja, se estabelece ao longo de 1920 a 1940, um processo libertador da travestilidade pelo masculino, determinando uma naturalidade de sua performance, na qual, se vê estabelecendo uma rede complexa e contraditória em torno de seus espaços de ocupação e permissividade. Enquanto existida no meio social, do lado de fora dos teatros, bordéis, cabarés e prostíbulos, a masculinidade e a sexualidade era enlatada num produto politizado e predominante. Já no meio artístico, nos seus interiores, sobre os palcos, camas, sofás e assentos, ela pluralizava sua existência e poderia esfregar na cara da sociedade, um dinamismo próprio, sem censura ou equitação. Portanto, a imprensa local será o veículo expositor para o homem “cabra-macho sim, sinhô” dessa masculinidade fundida com a feminilidade, com o caricaturismo, com o travestismo, mascarado pela comicidade, drama e entretenimento. À vista disso, o *Diário da Manhã*, expõe tal plano:

Laurel & Hardy estarão de calças... e saias, em “DOIS E DOIS”, no MODERNO, no dia 7 de junho

O complemento de “QUERIDINHA DO CORAÇÃO”, um film que é todo um álbum de amabilidades, a versão que Marion Davies fez da peça de Harley Manners, que Iracema de Alencar tantas vezes representou: “PEG O’MY HEART”, promete ser ótimo. Trata-se de “DOIS E DOIS” (Twice Two), comédia de Laurel & Hardy, onde o magro e o gordo aparecem em ‘travesti’, como modelos ‘mais ou menos de Adrian’... As atitudes e trejeitos dos dois comicos, a voz aflautada e outros detalhes de bom-humor devem fazer de “DOIS E DOIS” uma das garantias do programa de *Metro*, para estréia da sua temporada no THEATRO MODERNO – o elegante casino da Praça Joaquim Nabuco. (*Diário da Manhã*, Pernambuco, 27 de março de 1934, p.9 – caixa alta e itálico do autor)

De modo que, em consonância com essas alterações políticas, culturais e subjetivas ocasionada, especificamente no novo projeto de República por Vargas, a Paraíba e Pernambuco se veem sujeitas às metamorfoses da arte e/ou shows transformistas (Roberto, 2021, p.305) – como eram chamadas as apresentações de travestis –, ganhando bastante espaço na cena cultural nacional. Tornando suas regiões abjeta de seu principal objetivo: “a grande arte do estranhamento” (Amanajás, 2014, p.1). Em primeiro lugar, um estranhamento que balizava a economia, contemplando o interesse local e regional. De modo que, até os espetáculos com baixos orçamentos angariavam público. Isto porque, a “mística da sedução do homem vestido de mulher” (Green, 2000, p.379) atraía vários olhos curiosos lotando tais ambientes, principalmente, quando se tratavam de atores renomados, devidamente respeitados e aplaudidos. Como a seguinte companhia no Teatro Santa Izabel, em 1934, publicado pelo *Diário de Pernambuco*:

THEATROS

A “MATINÉE” DE DOMINGO, NO “THEATRO SANTA ISABEL”

Os artistas pernambucanos Luiz Carneiro, Elpidio Camara e Leticia Flora realizaram, domingo proximo, um espetáculo com denominação de Festa das Moças. (...) Trata-se de uma comedia de grande efeito, dessas tão do agrado das pessoas que gostam de rir. (...) Luiz Carneiro, um irresistível travesti, apresentar-se-á como ainda não é conhecido (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 24 de março de 1934, p. ilegível – caixa alta e negrito do autor).

Em segundo lugar, um estranhamento que não era repudiado, mas admirado e contemplado até pelos outros homens. Acima de tudo, de seus desejos internalizados, uma vez que, se tais espaços artísticos eram liberalizados/permissivos aos atos transformistas, faziam seguridade e conforto para que, o desejo sigiloso, resguardado

e lascívio do macho fosse resplandecido e admirado. Visto que, esses espaços possibilitavam brechas para que fossem permitido o erotismo do corpo masculino em trajes femininos serem exposto, transmutado na gargalhada e no drama.

De tal modo que, fica evidente como vai se estabelecendo a construção do estereótipo do corpo travesti através desses dois estilos, reflexos da realidade social. De um lado, formulado pela visão social, colocados(as) como sujeitos sempre em um papel cômico, hilário e/ou dramático. Sendo, pois o(a) bobo(a)-da-corte de diversão de seu público. Por outro lado, a arte e os corpos travestis encontraram na comicidade uma forma para sua sobrevivência e (re)existência no palco social, de maneira que, por meio dessa estratégia, realizavam a crítica, a sátira, o alfinetamento social, mascarada pelos seus enredos, personagens e pela troca de identidades, possibilitando uma reflexão inconsciente. Assim, ambas as percepções, podem ser encontradas no seguinte espetáculo divulgado pelo *Jornal do Recife*, em 1915:

Amanhã – Quinta-feira

O FORROBODO' (em travesti)

Sá Zeferina – Alfredo Silva. O Galinheiro – Cirina Polonio. O Guarda noturno – Pepa Delgado. Escadanhas – Luiza Caldas. Grande sucesso. Gargalhadas constantes (*Jornal do Recife*, Pernambuco, 14 de julho de 1915, p.10 – negrito e caixa alta do autor).

Portanto, neste espetáculo, estilizado no cômico, na qual, garante um “grande sucesso” e “gargalhadas constantes” (*Jornal do Recife*, 1915, p.10), podemos considerar que havia uma série de intenções pela companhia, cabendo supor que até mesmo os personagens escolhidos poderiam brincar com as críticas. Visto que, cada papel representa uma esfera ou uma figura pública, especialmente dentro do cenário vigente de Pernambuco, em 1915. Mais a fundo, a intenção de gerar tais gargalhadas, está relacionada ao enredo que vão apresentar ou ao fato de um personagem ser travesti, feito por um homem?

À vista disso, os principais jornais, angariando nas páginas de propagandas e novidades locais, serviam de veículo para o meio artístico. Espaço para a disponibilização de convites e divulgações teatrais, espetaculares e shows transformistas, na qual, atores e companhias poderiam ascender, enaltecer e expor seus trabalhos, papéis e/ou conseguir oportunidades no meio cultural. Neste viés, como exemplo, através do *Jornal do Recife*, em 1919, o ator recifense Julian Eltinge,

utilizou da imprensa como carta de convite para vê-lo em sua apresentação inaugural como travesti numa peça.

Julian Eltinge convida o público a vê-lo, HOJE, em novo e curiosíssimo TRAVESTI, que fará as delicias dos espectadores “MODERNO”: **O PODER DA VIÚVA** (...) é o ator único no seu genero na sua requintada elegancia feminina, sendo as suas toilettes de luxo independente (*Jornal do Recife*, Pernambuco, 14 de novembro de 1919, p.8 – negrito e caixa alta do autor).

Portanto, foi no meio artísticos que a imprensa se fez destacar, existir e registrar uma outra forma de masculinidade, a qual, brincavam com os papéis de gênero, as identidades e as sexualidades. Um espectro da arte que tornava vivo um corpo, travesti, ao passo que, por meio dela, a masculinidade não se sentia fragilizada ou ameaçada de sua desestruturalização. É evidentemente notar que, mesmo evidenciando esses corpos masculinos em performance ditas femininas, como a arte, a figuração e a maquiagem que os envolviam nos papéis, não eram criticados nesses espaços, mas aceitos e abraçados pelo público, numa caracterização e atuação que travestia sua performance: a arte da “*drag queen*”. Logo, seria neste momento a nascitura da performance *drag queen* na Paraíba e Pernambuco?

3.4 Mudando de sexo: ele é cabra?

Além das trocas de papéis e identidades nos palcos artísticos paraibanos e pernambucanos, da travestilização dos corpos masculinos na arte cênica e da liberalização do afeminamento pelos atores na dramaturgia regional, é a partir da segunda metade dos anos de 1930, marcadamente com o “boom” noticioso ao longo de 1940, casos particulares em torno da masculinidade acirra a hegemonia idealizado do “ser homem cabra-macho”. Descascando a máscara já fragmentada e abrindo a ferida angustiante de sua identidade: uma nova crise do masculino. Trata-se dos casos de mudança de sexo – ou como conhecemos, de transexualidade – primeiros corpos por cirurgia de resignação sexual, datadas, registradas e documentadas em alguns jornais da Paraíba e de Pernambuco.

Neste sentido, embora a imprensa paraibana ou pernambucana não notificassem suas populações ou não fossem direcionadas pela informação nacional acerca desses avanços médicos modernos na Europa, a sociedade já se encontrava encarada com tais realidades de operalizações sexuais. Entre esses procedimentos,

a vaginoplastia⁷ – adotada e dominada desde a segunda metade do século XIX (Castel, 2001, p.85) – e a faloplastia⁸ – já esboçando domínio a partir de 1917, através do médico Harold Gillies (considerado um dos pais da cirurgia plástica), realizados em soldados mutilados da Primeira Guerra (Castel, 2001, p.85) –, com as quais, formularam estudos e inquietações para que o especialista Gillies redigisse um manual de cirurgia urogenital sobre tais pacientes (Castel, 2001, p.85).

Portanto, até então, o processo cirúrgico da qual chamamos hoje de redesignação sexual, eram adotados apenas em corpos que vinham da guerra ou de alguma situação irreversível na matéria corporal. Bem como para cobaias de estudos filantrópicos e psicológicos, como os intersexuais (chamados a época pela base popular e pejorativa de *hermafroditas/os*) ou homossexuais.

À vista disso, o termo “transexual” só viria a ser utilizado nos estudos científicos e sociais após a publicação do livro *Die Transvestiten*, do médico e sexologista alemão Magnus Hirschfeld, em 1910. Sua obra não se retém em separar o “transexualismo” do conjunto de perversões (pederastia, masoquismo, sadomasoquismo, masturbação, coito anal, etc.). Mas, sobretudo “de um lado, de separar as formas de homossexualidade, e de outro, de estabelecer que o transvestismo não é uma prática especificamente homossexual, em via de destruir a homogeneidade aparente da categoria de ‘atos contra a natureza’” (Castel, 2001, p.81). Ou seja, compreender que a transexualidade/travestilidade sobressai a lógica patológica, mas constitui uma parte do ser.

Neste sentido, é perceptível como a partir da primeira metade do século XX, os médicos-especialistas e os corpos dissidentes da norma sexual, encontraram espaço para a flexibilização, afincos e domínio das pesquisas e experiências cirúrgicas com relação à redesignação sexual. Para tanto, como aponta Pierre-Henri Castel (2001), tais reivindicações da transexualidade pela resignação, se desenvolveram num simultâneo jogo retórico oportuno:

de um lado desenvolveu-se numa dialética sutil entre a oferta tecnológica (a dos endocrinologistas e cirurgiões movidos pela compaixão, mas também preocupados em testar hipóteses sobre a natureza humana e suas determinações biológicas) e uma demanda de cuidados mais e mais estruturada por um discurso padronizado, oferecendo aos médicos a imagem exata do que eles esperavam de seus doentes, e repetindo estereótipos

⁷Ou Plástica da Cavidade Vaginal, é um procedimento cirúrgico que visa a reconstituição da anatomia vaginal.

⁸Também conhecida como Plástica Peniana, é um procedimento de reconstrução do pênis.

transmitidos numa subcultura transexual, validando e estabilizando esta situação como digna do interesse dos médicos (Castel, 2001, p.78).

Desse modo, compondo o quadro de cunho sensacionalista na Paraíba e em Pernambuco, dadas notícias produziram um choque e uma descarga emocional em seus habitantes, com mentes fertilizadas pelo temor religioso e pela tradicionalidade – “é o fim do mundo”, “isso não é coisa de Deus”. Podemos empreender por essas interdições populares que, mesmo as controvérsias sociais com as mudanças de sexo, os jornalistas, colunistas e publicitários dessa imprensa não negavam a exposição de tais “novidades modernas” dos últimos tempos, trazendo à tona os preconceitos e as incertezas dessas alterações. Consequentemente, processavam um momento de ruptura da mentalidade vigente, uma vez que, frente aos novos corpos que revogam outras identidades, sobressaindo os palcos, rompendo a quarta parede para o meio social, desafiavam os papéis de performance de gênero, além de desmembrar a estabilidade masculina, fazendo emergir uma suposta crise. A exemplo, o caso emblemático de Mario Freitas.

Um novo caso de mudança de sexo

BELO HORIZONTE, 27.

Um novo caso de mudança de sexo acaba de ser registrar-se neste Estado. Trata-se da jovem de alta sociedade mineira de nome Maria Freitas que até os 15 anos atuais vinha vivendo como menina.

Apresentando-se indisposta, sua família chamou incontestada o médico Floriano Marques, o qual a examinou e comunicou suas apreensões. Operada, Maria Freitas está em plena convalescência. Chama-se agora Mario Freitas. O caso parece raríssimo (*Pequeno Jornal*, de Pernambuco, 27 de abril de 1934 – negrito e caixa alta do autor).

Como reportado pelo *Pequeno Jornal*, no ano de 1934, especificamente na seção “*Sensacionalidade*”, a manchete intitulada “*Um novo caso de mudança de sexo*”, possibilita-nos denotar que os casos de mudança sexual não eram mais uma novidade no mundo. Isto porque a medicina europeia já era pioneira, com destaque para as áreas da Psicologia e Endocrinologia, desenvolvendo suas pesquisas na Alemanha (Castel, 2001, p.81). Em contrapartida, no Brasil, tratava-se um fenômeno novo, particularmente para a Paraíba e Pernambuco, como consta ao final da informação, “o caso parece ser raríssimo” (*Pequeno Jornal*, 1934), uma menção que claramente não acompanha a “naturalidade” reveladora ao seu redor, em virtude de que as primeiras cirurgias no Brasil ocorriam na região Sudeste do país.

Logo, por meio dessa perspectiva, observa-se uma certa negligência de informação ou um certo atraso de seu recebimento. Visto que, nem o primeiro caso de mudança de sexo no mundo – Lili Elbe, que morreu após os procedimentos –, muito menos a primeira faloplastia – Laura Dillon, que se tornou Michael (Castel, 2001, p.85) –, foram mencionados em quaisquer jornal paraibano ou pernambucano.

E, nesta perspectiva, verifica-se uma indisponibilidade (intencional ou não) da sociedade nordestina frente a tais progressos humanos, médicos e legais. Seja por estarem atenciosos e eufóricos para as (trans)formações no cenário político que processavam as disputas interoligárquicas, com o contexto de 1930 e suas Revoluções, em vislumbre da Paraíba em torno da cadeira presidencial. Seja pela dupla via de interesse à modernidade, que ora abraçavam ou rechaçavam aquilo que era conveniente para o estabelecimento e manutenção de seus poderes. De forma que os colocavam paralisados com as alterações das identidades e das subjetividades.

Portanto, ao analisar ou dialogar com o novo personagem que Mario Freitas assume, acirra nos homens a dúvida de sua legitimidade e sua própria identificação. Especificamente, ao se tratar de uma mulher, formada até seus 15 anos de idade, performanceando a ideia de “ser homem” e revestido pelo corpo de um. Ou seja, o bisturi utilizado no corte genital, além de abrir as camadas dérmicas de Mario Freitas, fez abrir e operar as camadas ideológicas do “cabra-macho” que se sentiu vazio e inquieto com o “novo membro”. Mesmo que tais jornais não indiquem firmemente o deslocamento do homem equilibrado de si, podemos firmar as suposições que circularizavam sua existência: o que é ser homem e como se tornou homem? Até que ponto sua masculinidade é exercida ou existida?

A seguinte passagem denunciada no *Pequeno Jornal*, publicado em 1927, acompanha um evento particular.

A ex-senhorita Renata Graziani e sua história
 A cidade de Verona está preocupada com um caso verdadeiramente original, que interessa em grande parte a psicologia e a medicina.
 (...) A senhorita Renata Graziani, residente em Glosué Carducci, mudou de sexo. Dita assim, com essa síntese alarmante, a notícia parece pilherica, mas é, em verdade, um fato comprovado pelos homens da ciência mais ilustre da Itália. Como se passou o fenômeno? Ninguém o sabe. Sabe-se apenas que, um certo dia, a moça sentiu que não era mais mulher (...) passou a ser homem, para todos os efeitos, e hoje continua a ser homem.
 Em seguida a essa verificação, verdadeiramente inesperada, a ex-senhorita Renata Graziani (que passou a se chamar Renato, de acordo com o seu novo papel na vida) apresentou-se ao oficial do registro civil, afim de

reformatar todos os seus papéis, encarregado desse serviço teve uma ameaça de síncope quando via de calças uma pessoa legalmente afaçada como mulher. O sr. Renato Graziani fez questão, porém, que se lhe concedessem os direitos arbitrados ao sexo forte e não saiu daquela repartição enquanto não se operou completa mudança em seus papéis, à semelhança do que a natureza havia feito com ela mesma.

Compreendendo-se quanto esse fato haja interessado toda a Itália. Apesar da certeza que os seus latidos tem da sua masculinidade anatômica e psicológica, as autoridades têm procurado evitar todas as provas do sr. no caso da ex senhorita Graziani. (*Pequeno Jornal*, Pernambuco, 7 de outubro de 1927, n.227, p.1)

Diante o episódio de Renato Graziani, a comunidade masculina deixou visível para si e para os demais corpos circulantes ao clímax, a masculinidade rompida, contraditória e reativa, perante a presença do corpo de Graziani, demonstrada na reação de violência moral e legal, pela transfobia e machismo. Em outras palavras, ao ser barrado no atendimento e na concessão de seus documentos reformulados para o sexo operado, o masculino, Renato é o canal da imposição relativa e reativa dessa masculinidade compulsória e fabricada, ao ser “contra a maré” do projeto esperado. Deificada a partir das ameaças e da interferência de seus direitos, uma estratégia de submissão e invisibilização.

Sobre esta lógica, se o que faz um homem é sua performance comportamental e vesturial, regimentada na mentalidade da época, então como Renato Graziani foi interpelado na instituição quando ele se apresentava paramentado/travestido do homem da época, até mesmo na sua imposição de vontade? Se, segundo a lógica, o que faz um homem “ser homem” é carregar entre as pernas um falo de sua sexualidade, como Renato foi desconsiderado se ele havia operado a genitália para o sexo desejado, ou seja, uma vagina por um pênis?

Neste viés, a ação reativa dessa masculina está na existência e contato com a transexualidade. Ao fato de ser, em sua nascitura biológica, uma mulher, mas que, em determinado momento de sua vida passa a revogar o falo de seu “opositor”, justamente o instrumento de poder e legitimação do homem para si. Ameaçando e “bagunçando” o sistema das identidades de gênero. Portanto, não é apenas o fato de possuir um pênis, estar trajado de homem e possuir atributos dos mesmos que faz do sujeito ser homem. Logo, isto coloca o discurso num espaço vago e quase sem sentido, dado que contradiz o que caracteriza o que seria homem. Evidente no caso de corpos trans masculinos, assumindo o personagem, a imagem, o corpo deste, em que a violência, a violação e a privação, são as armas postas de defesa.

Assim, diante o pensamento de 1920 a 1940, a transexualidade legitima-se como inimigos sociais. Um Frankenstein operado e costurado em composição do “cabra-macho”. Dado que, coloca-se em “oposição constante a um corpo de doutrina sobre a sexualidade e a vida psíquica” (Castel, 2001, p.79), ao mesmo tempo que inimigos do “valor cultural e político subversivo da mudança de sexo” (Castel, 2001, p.79). Ou seja, opositores a ideia de construção de gênero e sua adequação aos sujeitos.

Conquanto, se o embaralhado simbólico da identidade e da subjetividade do que é ser cabra-macho acirrava quando uma mulher transicionava, por meio de intervenção cirúrgica para ser um homem, assumindo o falo; o que acontece quando um homem, biologicamente nascido, não aceita assumir sua “natureza” ou transiciona para a identidade feminina? Para este ponto, o *Diário de Pernambuco*, em 1939 apresenta o seguinte caso:

ERA HOMEM E NÃO SABIA

Um outro curioso caso de mudança de sexo descoberto na capital mineira

Belo Horizonte, 17 (Meridional) – Um outro curioso caso de mudança de sexo acaba de ser descoberto nesta capital. Tão próprio chegou o fato ao conhecimento da reportagem dos “Diários Associados” apurando-o em todos os seus pormenores.

(...) Tratava-se de Antonina Ferreira, de 25 anos, lavadeira do Grande Hotel, filha de Izolino Ferreira. É parda e sempre as companheiras acharam estranho os seus modos um pouco estabranados. Entretanto jamais poderia supor que ela fosse homem.

Como foi feita a descoberta

(...) Ela fora a Saúde Pública para ser examinada a fim de obter a carteira profissional. Não quis, entretanto, submeter-se a todos os exames. O médico declarou-lhe ter necessidade do exame, pois, de outra forma, não poderia dar o laudo para lhe ser fornecido a carteira. Antonina voltou, então, a Saúde Pública, resolvida a deixar-se examinar inteiramente. Foi então descoberto que ela é homem.

Não quer ser homem

Antonina não ficou satisfeita com a revelação. Está indignada e declarou que, absolutamente, não deixará as saias, nem se submeterá qualquer intervenção cirúrgica para ser integrado na sua nova situação (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 18 de fevereiro de 1939, p.2– negrito do autor).

Com os poucos recursos que dispomos para debater esse tópico, bem mais específico este caso de Antonina, guiado na compreensão e no retorno a essa perspectiva da Paraíba e Pernambuco de 1920 a 1940, podemos perceber que várias conotações negativas circulavam as emoções ao encarar tal notícia, entre as quais “ridículo” e “rechaço”. Embrutecendo ainda mais a face reativa dessa masculinidade

“de Lampião”, ao desconsiderar a existência desse corpo transexual e torná-la alvo de chacota.

O fato de Antonina não querer seu exame completo, de imediato, era porque já sabia de sua própria diferenciação de sexo ou por uma investida desde cedo da família, que limitava as permissões de contato e toque ao corpo? Desse modo, ao se encontrar homens em performance do corpo feminino uma enorme rachadura lapida essa murada viril. Isto porque, tem-se um “traidor” entre estes, por não assumir sua “natureza” e torná-la válida, apertando as manobras de defesa e proteção a masculinidade hegemônica com tais mudanças e depreciando ainda mais a solidão e angústia do homem por sua identidade disputada e (trans)formada. Assim, por meio da recusa de Antonina em continuar seus exames e decidir recusar sua mudança de sexo, evidencia a lacuna complexa e contradita.

Ainda assim, mesmo que reativa na violência ou cara feia social, o corpo transexual torna-se objeto de foco, curiosidade e desejo pelos mesmos olhos que os(as) condenavam. Espectro de lascívia e erotismo sobre o corpo estranho era depositado, nas quais, entre quatro paredes era deleitado por tais homens que recusaram suas existências.

Por meio dessa discussão, nos faz refletir, em primeira instância, quais tipos de corpos tinham acesso a essas mudanças de sexo. E, em segunda, quais regiões detinham o poder de realizar. Partindo do princípio de que as operações de redesignação sexual não eram acessíveis a todos(as) travesti ou transsexuais de seu tempo, podemos pontuar, que o alcance era minoritário, destinado a uma classe de condições financeiras e, principalmente, ditadores da verdade. Ou seja, a elite, assombrados pela regalia e/ou tolerância. Enquanto isso, aos abastados de classes populares, eram relegados a marginalização nos hospícios, asilos e periferias/guetos da cidade; vítimas dos estereótipos, enxergados como mutantes vivos; e dos direitos, sofrendo a violência, violação e privação do livre-arbítrio.

Ou seja, a identidade transexual era de “livre” identificação, mas a materialização desta, por meio da cirurgia ou de sua “tolerância”, não era para todos. Neste sentido, os esforços contra a nação afeminada se tornavam mais forte, como um grito de desespero e suspiro da esperança de que a sociedade acordasse ao permitir que essa modernidade chegasse em suas terras. E o famoso “tengo lengo tengo” de Gonzaga e da virilidade de Lampião fossem ameaçados de destruição pela desvirilização do homem.

À vista disso, podendo ou não ter suas opiniões próprias, os diversos autores, escritores e jornais não chegavam a denotar especificamente tais preconceitos, limitações, dúvidas ou comentários, mas que, ocultavam-se as sombras de outras opiniões e falas, seja intencional ou não – por estarem ocupados com outras questões ou não saberem argumentar. Contudo, deixavam registrados essas flexibilizações da masculinidade também nordestina.

Considerações finais

Mediante os debates levantados ao longo dessas páginas, por meio dos recortes de jornais e revistas, entrelaçando um ritmo dançante de ideias, metáforas e reflexões, podemos concluir que a masculinidade é uma fabricação sociocultural, assim como afirma Elisabeth Badinter (1996). Em que, por intervenção dela se engendra uma tecnologia de identificação e controle dos corpos ditos masculinos. Estruturada para além de determinantes genitais, mas embutida numa série de comportamentos, atos, atitudes, desejos e pensamentos que definem os sujeitos a partir da cultura, localizada num espaço geográfico e numa linearidade cronológica que o (re)produz. Portanto, não é uma identidade exata, fixa e biológica, mas uma classificação identitária múltipla e flexível que se altera segundo seus próprios determinantes físicos ou subjetivos.

Dentro desse sistema hegemônico do “cabra-macho”, existe uma câmara interna que prisma todos os lados dessa identidade, com a qual o homem do campo, da urbe, do sertão, do litoral, do interior, das margens vai se encontrando. Ao mesmo tempo que vão se perdendo e se desentendendo. O que é ser homem para o praieiro dos litorais paraibanos e pernambucanos? O que é ser homem para os senhores de engenhos e atuais prefeitos oligarcas? E para o agricultor nas matas verdes e da Borborema? E para o sertanejo do roçado no interior? Ou seja, embora apresente traços comuns à sua existência, haverá uma réplica e tréplica de atributos divergentes, sejam eles modernos demais ou tradicionais.

Logo, percebemos como a masculinidade funciona a partir das contradições, em um sistema que opera os mecanismos de poder e controle sobre os corpos, construindo uma noção de homem, mas que, como defende Jackson Ribeiro (2018), depende de outros recortes identitários, étnicos e religiosos, políticos e econômicos em que os sujeitos estão inseridos. Fato notável é como enxergamos o “cabra-macho” nordestino, paraibano e pernambucano, sendo criado para “apagar” os seus “produtores” e envenenado-se para alcançar uma ideia distante.

O dito homem verdadeiro no Nordeste, possui na ideia um valor vestimentar, comportamental, psicossocial diferente do homem que o cria para enfrentar os medos de sua classe. Ou seja, o que é ser macho no popular, e o que é o macho na performance de quem o embute? Qual a diferença? Quem pode ter acesso a esse

manequim do macho? Ele faz jus a noção que o engendra? E quem tem acesso, corresponde a lógica criada? E quem não alcança, deixa de ser homem?

Portanto, enxergamos como “ser homem” é entrar numa crise para além de um membro erótico e sexual, mas uma disputa de quem é mais passivo e mais submisso ao modelo (pré)existente. De tal forma que, analogamente que querem ou tentam diferir da sua nênese (o feminino, o controlado, o mandado, o contrário), eles mesmos se tornam “bestializados” pelo manequim de poder, e acabam “vestindo” uma roupagem pronta e idealizada. Meras vítimas passivas de um projeto sociocultural, como concordo com Lindenberg Coutinho Filho (2007). Pois, se submetem a uma “cirurgia” psicológica, mental e emocional para se enquadrar dentro de uma identidade performaticamente esperada.

Logo, para os corpos dissidentes (sobre)viver a este sistema que oprime e regula os corpos, é desafiar a si e a própria lógica do sistema, fazendo engendrar outros tipos de “machos”, como o afeminado, o almofadinha, o(a) travesti, o(a) transsexual, o sensível, o delicado, o gracioso, etc. Permitindo abrir brechas para um fôlego autônomo e mais além de um modelo. Ao passo que, quando não enquadrados, desencadeiam gatilhos e manobras de defesa, reativa e relativa, que podem perfurar, matar, excluir, violentar, rotular e prender outros corpos incontestes. Paralelamente, o fator agressivo contra o “diferente” ao padrão, pode afetar a eles mesmos, individualmente, como em teias de crises, ou coletivamente, como na corrosão interna e unânime de suas identificações.

A exemplo, o Nordeste, ocupam o ranking com mais estados brasileiros que mais mata por LGBTfobia⁹, ao qual, demonstram-nos como os sujeitos “hegemônicos” se sentem ameaçados e fragilizados com a (con)vivência de outros sujeitos dissidentes a ordem. Neste contexto, sua inquietação é consolidada na forma direta (violência) e indireta (perseguição, mascaração) de ataque e rechaço a estes corpos. Como ocorrido recentemente no shopping Tacaruna, na cidade de Olinda, onde o estabelecimento foi alvo de processo jurídico e transtorno por conter em suas normas de segurança um código que identifica os homossexuais, de modo a deixar os agentes

⁹ Brasil teve quase 300 mortes violentas por LGBTfobia em 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/18/brasil-teve-quase-300-mortes-violentas-por-lgbt-fobia-em-2024/>.

policiais e vigilantes em alerta e perseguição a esses sujeitos¹⁰. Assim, até que ponto a masculinidade se sente tão fragilizada e/ou ameaçada que cria mecanismos de segurança para identificar, perseguir e monitorar corpos dissidentes do cabra-macho?

E isso não reflete apenas na população LGBTQIAP+, em alerta na resistência e manutenção de suas existências, mas também aos demais homens que podem estar sujeitos aos perigos e ataques da crise e “defesa” da masculinidade em momentos de instabilidade. Como também ocorreu recentemente, no estado de Pernambuco, um torcedor que foi estuprado por um grupo de torcedores rivais. O grupo de machos esportistas não aceitando a derrota de seu time, as suas derrotas, que poderia ser sinônimo de passividade e submissão diante o outro homem, legitimados pelo movimento de grupo, recorre à violência/violação¹¹. Neste sentido, por que escolher a degradação do corpo do outro para impor sua derrota vencida e não “submissão” diante o vencedor? O fato de estuprar o corpo masculino por outros homens revelaria o próprio desejo reprimido que viu na violência um encaixe de externá-la? Por que escolher a violência sexual, o sofrimento para a imposição do poder? Por que escolher o ânus como depreciação do homem?

É curioso, nesse caso, como signos que em outros contextos podem simbolizar a falta da masculinidade, como a relação sexual com um outro homem, a depender da circunstância pode se tornar um elemento para reafirmar a masculinidade, ao subjugar o outro, reduzir o seu corpo, dominá-lo. Aqui joga-se com outra relação de poder também dotada de suas cotas de masculinidade, a ideia do “ativo” como o macho e do “passivo” como a fêmea a ser dominada. A masculinidade mostra, assim, sua dimensão contextual, relacional, e mais do que isso, dimensiona o quando ter um grupo que pactua a interpretação sobre o episódio, legitima o ato, o concebe junto, dentro de uma circunstância masculinizada como o futebol, faz toda a diferença no modo como os acontecimentos são interpretados, e como o prazer – do ato sexual em si e do impulso sexual da violência – são vividos.

Neste sentido, podemos perceber que, seja na imprensa ou na mídia atual, a Paraíba e Pernambuco são palcos desses entrelaços lascivos, sedutores,

¹⁰ Código “homossexual” para seguranças do shopping Tacaruna gera denúncias por homofobia. Disponível em: <https://marcozero.org/codigo-homossexual-para-seguranças-do-shopping-tacaruna-gera-denuncia-por-homofobia/>.

¹¹ Torcedor é estuprado na rua durante briga entre torcidas organizadas no Recife. Disponível em: <https://www.metropoles.com/esportes/torcedor-e-estuprado-na-rua-durante-briga-entre-organizadas-no-recife>.

contraditórios e violentos das masculinidades em seus (des)encontros. Ou seja, a imprensa para além de um canal de informação, comunicação e conexão *de e para* grupos/classes, ela também cumpre o papel de resguardar, registrar, pedagogizar e (re)produzir formas de ser e engendrar. Na qual, viabilizada por meio dos discursos, das novelas, da opinião pública ou pessoal, das propagandas e anúncios, estrutura a intenção de quem dita os sistemas de verdade e os interesses de quem controla os corpos-manequins. Demonstra-nos as eventualidades do “ser masculino”, na qual, credenciavam as diversas facetas que a masculinidade assumia. Portanto, não podem ser vistos fora do contexto que são analisados, uma vez que, só ganham sentido no espaço e no tempo que os produz, como também discute Jackson Ribeiro (2018).

Sob esta ótica, circunscrita no eixo Paraíba-Pernambuco, é nas páginas dos jornais e revistas, recortada no período de 1920 a 1940, que a modernidade industrial e capitalista cada vez mais efetiva e veloz, aos poucos, não só transformavam as urbes nordestinas, como também (des)caracterizavam os corpos circunscritos nessas regiões. Assim, é possível medimos as múltiplas relações e as reações descortinadas pela modernidade, como afirma Antonio Paulo Rezende (1997). Ao qual, permite-nos espaço para compreendermos que a essa modernidade não é destinada para todos, mas seletiva e regulamentada *por e para* alguns grupos, (des)privilegiando outros. Na qual, vêem nela uma forma de descompressão, ascensão e/ou exclusão dos mecanismos de poder.

Logo, aceitando ou não tais performances modernas, foram as tintas e impressões desses jornais, por meio dos anúncios, propagandas, crimes, produtos, moda, medicamentos, homenagens, ironia, caricatura, arte que tornaram registradas a relatividade simbólica do masculino. Além de tornarem explícitas as fragmentações da identidade hegemônica, ao resvelar outras formas de ser “cabra-macho” no Nordeste brasileiro. De maneira que, passamos então a enxergar a própria constituição do homem paraibano e pernambucano, herdando uma genética subjetiva de sua formação tradicional e seus subterfúgios de reserva; e dando de encontro a modernidade ascendente, com uma deslocalização de suas armaduras e imagem.

À vista disso, atualmente, são as redes sociais, os discursos religiosos e políticos de retrocessos, os projetos pedagógicos, os altos índices de mortes e violência de gênero e sexualidade nos jornais de canais abertos ou fechados que credenciam essa pluralidade da masculinidade, e mais ainda sua preocupação com a movimentação, flexibilização desta no tempo e espaço vigente. Conjuntamente,

(re)formulam-se os demais mecanismos de manutenção desta masculinidade (in)alcançável, evidenciado nos produtos de beleza e estética, nos remédios caseiros e farmacêuticos, nos ídolos e representantes artísticos, entre outros.

Consequentemente, podemos então empreender uma questão: mediante todo o processo histórico, cultural e político angariado nas últimas décadas, especialmente ao longo do século XXI, olhando para a constituição do macho atual e sua decadência diante outros espectros, é possível debatermos e afirmarmos que a consagrada masculinidade hegemônica pode estar em crise?

Posto isto, estudar a(s) masculinidade(s) permite ir além de quem somos e de quem nos entendemos, enquanto homens e sujeitos circundantes aos sistemas tecnológicos de gênero. Concedem-nos encontrar horizontes para pensar a nós mesmos como sujeitos meramente marionetes do tempo, flexíveis e resultado de suas mudanças com a movimentação do ser no espaço. Um conjunto de ideologias. Neste caminho, darmos de cara na porta que fechamos e prendemos os dedos, mesmo assim queremos afirmar estar abertas. Ou seja, compreender a crise, ou pelo menos parte desse caos que se tanto evita falar: “o que é ser homem?”.

Além disso, possibilita-nos barrar, reformular e/ou descaracterizar os estereótipos que limitam nossos comportamentos e circundam o que chamamos de “diferente”, nossos medos e nossas descrenças. Dando espaço para enxergarmos outras identidades e permitimos nos identificar, performacear e representar com estas e através destas. Fugindo a regra de um modelo, um manequim, uma referência. Logo, entendermos que o macho paraibano e pernambucano não é viril, bruto, violento, duro por natureza, mas imposto por uma ordem. Podendo ele ser também delicado, afeminado, sensível, estiloso, requebrado, vaidoso.

Somado a tais âmbitos, olhando para este estudo de análise, pode-se contribuir para a historiografia nacional brasileira, com tocante para as pesquisas paraibanas e pernambucanas. Espaços estes, muitas vezes vago de seu passado e de relações presentes que tragam seus “mortos”, fantasmas, figuras e mentalidades soterradas pelo esquecimento, intencional ou não, pelo desinteresse ou pelo distanciamento de sua realidade. Ao qual, faz presença e permeia nosso currículo de ensino crítico-reflexivo, a depender do professor e/ou pesquisador; seja como fonte de estudo, seja como ponte de memórias ou uma ancestralidade referente.

FONTES

O Jornal. Paraíba, 1924.

Ilustração. Paraíba, 1935-1937.

O Norte. Paraíba, 1908-1956.

Diário de Pernambuco. Pernambuco, 1825-1996.

Jornal do Recife. Pernambuco, 1858-1938.

Pequeno Jornal. Pernambuco, 1898-1955.

A Província. Pernambuco, 1920-1933.

Diário da Manhã. Pernambuco, 1930-1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Nordeste: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

AMANAJÁS, Igor. Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. Revista Belas Artes: São Paulo, 2014. n.16, p.1-24.

ANTAS, Kelly Cordeiro; GARCIA, Paulo Cesar Souza. O cabra-macho como signo de valentia e violência. In: Anais do Seminário de Pesquisa do Departamento de Linguística, Literatura e Artes. Fábrica de Letras: 2022. p.303-323.

BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. Erótica dos fluidos masculinos em prática sexuais coletivas. Etnográfica Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia: 2019. v. 23, n.3, p. 717-738.

BEZERRA, Gabriel; RIBEIRO, Jocenilson. O discurso médico-científico em homossexualismo e endocrinologia (1938): representações de “sujeito anormal”. IV Seminário Internacional (SINEL) e V Seminário Nacional em Estudos de Linguagem (SNEL). Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Cascavel-PR, 2019.

BLACKMAN, Cally. 100 anos da moda masculina. Publifolha: São Paulo, 2014. ed.1º.

BRÊTAS, José Roberto da Silva. et al. Os rituais de passagem segundo adolescentes. Acta Paul Enferm: São Paulo, 2008. v.21, n.3, p.404-11.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes. et al. Construção do estereótipo do “macho nordestino” nas letras de forró no Nordeste brasileiro. In: Dossiê Gênero, Saúde, Corporeidades. (Org.) Interface: Botucatu, 2018. v.22, n.64, p.13-26. DOI: 10.1590/1807-57622016.0286.

BUARQUE, Chico; VALE, João do. Carcará. YouTube, 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4L0DlnKUnzc>. Acesso em: 13 de março de 2025.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CALANCA, Daniela. História social da moda. Editora SENAC: São Paulo, 2008.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). Revista Brasileira de História: São Paulo, 2001. v. 21, nº 41, p. 77-111.

CHAVES, Michel Whilliams da Silva; SILVA, Anderson Vicente da. Espaços de sociabilidade homossexual na cidade do Recife/PE: Aspectos sócio-históricos. In: II Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica. Universidade Federal de Campina Grande: 2011.

COSTA, Iris. ‘Vira homem’: passageiro é vítima de homofobia ao pedir corrida por aplicativo. G1 Pernambuco: Pernambuco, 12 de setembro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/11/12/vira-homem-passageiro-denuncia-homofobia-ao-pedir-corrida-por-aplicativo.ghtml>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2025.

COUTINHO FILHO, Lindebergue Peixoto. Reflexões sobre o lugar do masculino na pós-modernidade. Faculdade de Ciências da Saúde. UniCEUB: Brasília-DF, 2007.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). História da Imprensa no Brasil. Editora Contexto: São Paulo, 2012. 2ª edição. p.57-70.

ENGEL, Magali Gouveia. Sexualidades interditadas: loucura e gênero masculino. História, Ciências, Saúde Manguinhos. Suplemento: Rio de Janeiro, 2008. v.15, p.173-190.

FIGARI, Carlos Eduardo. Escritos em el cuerpo: Higienismo y construcción médica de la homosexualidad em el Brasil republicano (1889-1940). Antípoda: ago.2006. n.3, p. 23-50. ISSN 1900-5407.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. In: Dossiê Sáfico. (Org.) Criação & Crítica: 2018. n.20, p.40-55.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Editora Vozes: Petrópolis, 1977.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GREEN, James N. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GONZAGA, Luiz. Xote dos Cabeludos. Youtube, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FkTpgEZM75c>. Acesso em: 13 de março de 2025.

LACERDA, Nara. Brasil teve quase 300 mortes violentas por LGBTfobia em 2024. Brasil de Fato – uma visão popular do Brasil e do mundo: São Paulo, 18 de Janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/18/brasil-teve-quase-300-mortes-violentas-por-lgbtphobia-em-2024/>. Acesso em: 26 de março de 2025.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa. (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 124-161.

LIMA, Pedro Ernesto Freitas. Imagens para um “falo” nordestino em Jonathas de Andrade. In: Anais do XXXVIII Congresso do CBHA: Universidade de Brasília, 2016. p.916-928.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). História da Imprensa no Brasil. Editora Contexto: São Paulo, 2012. 2ª edição. p.103-120.

MENESES, Emerson Silva; JAYO, Martin. Presença travesti e mediação sociocultural nos palcos brasileiros: uma periodização histórica. Extraprensa: São Paulo, 2018. v. 11, n. 2, p. 158-174.

MOREIRA, Valentina. Torcedor é estuprado na rua durante briga entre torcidas organizadas no Recife. Metrôpoles: 01 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/esportes/torcedor-e-estuprado-na-rua-durante-briga-entre-organizadas-no-recife>. Acesso em: 13 de março de 2025.

NASCIMENTO, Jairo. Atleta de vôlei de praia é vítima de homofobia durante jogo, em Recife. CNN Esportes: São Paulo, 17 de março de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/volei/atleta-de-volei-de-praia-e-vitima-de-homofobia-durante-jogo-em-recife/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2025.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a História e a Imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). Historiae: Rio Grande, 2011. v.2, n.3, p.125-142.

REZENDE, Antônio Paulo. Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX. FUNDARPE: Recife, 1997.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. Intercom: São Paulo, 2015. v.38, n.2, p. 275-288.

RIBEIRO, Jackson dos Santos. Filhos da Princesa do Sertão: Representação da masculinidade na imprensa em Caxias/MA durante a Primeira República. Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará: Belém-PA, 2018.

RIBEIRO, Leonídio. Ciência, Homossexualismo e endocrinologia. In: História da Psiquiatria. (Org.) Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: São Paulo, 2010. v. 13, n. 3, p. 498-511.

ROBERTO, Anderson Marques. Apontamentos sobre uma História da travestilidade: costume, perversão, arte e identidade. Em tempos de História: Brasília-DF, 2021. n.39, p.299-315. ISSN 2316-1191.

SANTOS, Maria Carolina. Código “homossexual” para seguranças do shopping Tacaruna gera denúncias por homofobia. MarcoZero, 13 de setembro de 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/codigo-homossexual-para-seguranças-do-shopping-tacaruna-gera-denuncia-por-homofobia/>. Acesso em: 13 de março de 2025.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Tradução Antônio Chelini *et al.* 25ª edição. São Paulo: Cultrix, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.). A abertura para o mundo: 1889-1930. Objetiva: Rio de Janeiro, 2012. vol. 3. p.35-84.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa. (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.50-83.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. Censura no Regime Militar e militarização das artes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TEMPERO DRAG. Violência de Gênero. Youtube, 5 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MFuWyvrCfPk>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VALÉRIO, Alex; CASTRO, Danrley Pereira de; FLORÊNCIO, Tiago. Reflexões sobre masculinidades: possibilidades de interpretação a partir de uma visão analítico-comportamental. In: Ed. Especial: Estresse de Minorias. Revista Perspectiva: 2022. p.41-53.